

Quem disse ?

«Eleições legislativas antecipadas? Conserve a serenidade de quem teve eleições o ano passado e de quem as só tem em 2004»

Carlos César

Público, 17 de Julho



Director **António José Seguro** • Director-adjunto **José Manuel Viegas**
Internet: <http://www.partido-socialista.pt/partido/imprensa/as/> E-mail: Accao.Socialista@partido-socialista.pt

António Brotas
Edite Estrela
Helena Roseta
João Cravinho
José Medeiros Ferreira
José Pinto da Silva
Manuel Alegre
Paulo Pisco
Vital Moreira

Opinião

Ambiente

Um dia sem carros em 51 cidades e vilas

A iniciativa «Na cidade sem o meu carro» vai realizar-se este ano no dia 22 de Setembro em 51 cidades e vilas portuguesas, que ontem assinaram em Aveiro a respectiva «Carta de Compromisso».

Significativo do êxito alcançado com a primeira edição, o número de cidades e vilas participantes é oito vezes superior ao de 2000, e desta feita as autarquias foram incentivadas a realizarem o dia sem carros além de sábado, 22 de Setembro, num outro dia que poderá ser domingo, 23, ou sexta-feira, 21.

O ministro do Ambiente e do Ordenamento do Território, José Sócrates, presidiu, ontem, em Aveiro, na Praça do Rossio, à cerimónia de assinatura das Cartas Compromisso com as cidades e vilas participantes. Acompanhado pelo secretário de Estado do Ambiente, Rui Gonçalves, o ministro chegou a Aveiro de comboio, e usou a Bicicleta de Utilização Gratuita de Aveiro (BUGA) para fazer o percurso da Estação até ao Rossio.

Durante a cerimónia foram divulgadas as cidades e vilas aderentes, bem como os perímetros urbanos que estarão encerrados ao trânsito automóvel durante a iniciativa. A iniciativa «Na cidade, sem o meu carro», recorde-se, tem como principal objectivo a sensibilização da opinião pública para os problemas ambientais nas cidades e deverá ser uma oportunidade para as autoridades locais testarem novos meios de transporte e novas medidas de gestão do tráfego urbano.

Segundo o Ministério do Ambiente, este ano candidataram-se 65 cidades e vilas, mas nem todas cumpriram os critérios de adesão.

Foi-lhes proposta a adopção, no mínimo, de uma medida permanente, que fique para além do dia sem carros, como a criação de ruas pedonais, medidas de restrição do automóvel no centro da cidade, criação de ciclovias ou a promoção de uma maior oferta de transporte público.

Espera-se assim que as autarquias, nomeadamente as de maior dimensão, aproveitem esta data simbólica para o lançamento destas e outras medidas, numa lógica de defesa do interesse colectivo em detrimento dos interesses do automóvel privado.

BALANÇO DA SEGUNDA SESSÃO LEGISLATIVA

INTENSIFICAÇÃO DO RITMO DE TRABALHO



Seis anos depois do início do ciclo governativo da responsabilidade do Partido Socialista, as prioridades legislativas têm agora uma feição distinta da que marcou o período de 1995-99 e a primeira sessão legislativa da VIII Legislatura (1999-2000).

A segunda sessão legislativa da VIII Legislatura foi caracterizada por uma significativa intensificação do ritmo do trabalho parlamentar, traduzido tanto no número de reuniões plenárias como de comissões.

Governo

Solidariedade Plano contra exclusão vai erradicar pobreza infantil até 2010



Segundo o ministro Adjunto do primeiro-ministro, António José Seguro, o Plano Nacional de Acção para a Inclusão (PNAI), aprovado na passada quinta-feira em Conselho de Ministros surge na sequência de uma directiva da União Europeia que entrou em vigor após a presidência portuguesa (no primeiro semestre de 2000) ter decidido impulsionar «uma nova estratégia de cooperação na promoção das políticas inclusivas, de combate à pobreza e à exclusão social».

Sociedade & País

Autárquicas Sampaio quer debate de ideias e projectos



O Presidente da República considerou que «tem havido nos últimos tempos momentos emotivos na pré-campanha eleitoral, com algumas incorrecções que seriam perfeitamente dispensáveis». «Faço daqui um apelo aos candidatos e aos cidadãos para que haja diálogo político e cultural e discussão de projectos, mas sempre com correção», afirmou, sublinhando que, «nas próximas eleições seria bom que, além de se discutirem pessoas, se debatesses ideias e projectos de desenvolvimento».



Dialogar com as oposições para viabilizar o OE/2002

O PS vai responsabilizar os partidos da oposição caso voltem a recusar-se a aprovar o Orçamento de Estado. Esta foi a principal conclusão da reunião de segunda-feira, na Sede Nacional, da Comissão Política que terminou já de madrugada.

O próximo Orçamento de Estado assume relevante importância, não só pelo garante de estabilidade governativa, mas também pelo facto da entrada em vigor do euro ser já em Janeiro de 2002. Neste contexto, a estratégia adoptada pelo Partido Socialista de dialogar com a oposição a viabilização do Orçamento de Estado de 2002, pretende responsabilizar todos os partidos com assento parlamentar pela sua aprovação e simultaneamente permitir que a proposta orçamental do Governo seja aprovada com o maior consenso possível na Assembleia da República.

No cenário de todas as bancadas que se opõem ao Executivo voltarem a reprovar o Orçamento de Estado, tal como fizeram no ano passado, António José Seguro, que falava no final da reunião, adiantou que «se a nossa estratégia não resultar, os partidos da oposição têm de ser responsabilizados pela situação que irão criar».

«Se os partidos da oposição voltarem a ter atitudes irresponsáveis e, por essa via, a proposta de Orçamento de Estado de 2002 for rejeitada, os portugueses terão de pedir explicações aos partidos da oposição», salientou.

Perante o cenário de o Orçamento de Estado de 2002 ser rejeitado numa primeira votação, António José Seguro referiu que, «no momento próprio, o PS avaliará a situação e assumirá as suas responsabilidades políticas» perante o País.

Para António José Seguro, é um grave erro iniciar-se com três meses de distância um debate pormenorizado de ordem estratégica sobre a viabilização do Orçamento de Estado de 2002, alegando que esse é um tema que o PSD está a tentar colocar na agenda política.

«A crispação na vida política não tem tradução na sociedade portuguesa. O Orçamento de Estado só deve ser discutido no momento próprio», sustentou.



PS PROPÕE MAIS VERBAS PARA JUNTAS DE FREGUESIAS

Vem no canto superior direito da primeira página do «Acção Socialista» de 21 de Junho de 1983 e é emblemático da política de descentralização de meios e competências que desde sempre o PS defendeu.

«Proposta do PS na CML – 170 mil contos para freguesias» era o título. Na notícia da página 9 ficava a saber-se que sob proposta dos vereadores socialistas, a Câmara Municipal de Lisboa (maioria PSD/CDS) tinha aumentado de 90 mil para 170 mil as verbas a atribuir às Juntas de Freguesia.

Nesta edição era dado grande destaque ao chamado «caso Lisnave», que chegou a ser analisado em Conselho de Ministros. Determinado, o Governo avisava, numa nota, que não pactuaria com a violência sectária de forças minoritárias.

A actividade dos ministros socialistas do Governo do Bloco Central, as iniciativas das estruturas do PS e das autarquias socialistas eram outras notícias a merecer destaque.

J. C. C. B.

21 de Julho

Quem disse?

«Se houve domínio em que o 25 de Abril representou mudanças profundas foi no Poder Local»

Helena Torres Marques



Ensino superior em 2002 Mais de 49 mil novos alunos

No próximo ano lectivo, os estabelecimentos de ensino superior admitirão 49.348 novos alunos, dos quais 55 por cento entrarão no ensino universitário e 45 por cento no politécnico.

Relativamente ao ano escolar 2000/2001, em que entraram 48 mil novos estudantes, para o próximo ano verifica-se um acréscimo de apenas 1348 alunos, ou seja, um crescimento de três por cento.

Segundo dados do Ministério da Educação, regista-se um crescimento na área «prioritária» da Saúde, com um acréscimo de 27 por cento de vagas em Medicina e 33 por cento em Enfermagem e Tecnologias da Saúde.

Assim, em Medicina entrarão 968 novos alunos e em Enfermagem e Tecnologias da Saúde 2.813.

De salientar, no próximo ano lectivo e na área

da Saúde, a entrada em funcionamento de duas novas licenciaturas em Medicina, nas Universidades do Minho e da Beira Interior, e a entrada em funcionamento da Escola Superior de Saúde de Aveiro, com os cursos de Enfermagem, Fisioterapia, Radiologia e Radioterapia.

A conversão da Escola Superior de Enfermagem Dr. Lopes Dias, em Castelo Branco, em Escola Superior de Saúde permite a entrada em funcionamento, em 2001, dos cursos de Análises Clínicas e de Saúde Pública e de Fisioterapia.

A apresentação da candidatura à primeira fase do concurso nacional de acesso ao ensino superior terá início no próximo dia 23 de Julho e prolongar-se-á até 10 de Agosto. Os candidatos deverão obter as informações referentes à candidatura junto dos serviços regionais de acesso ao ensino superior.

IEFP

Desemprego cai pela 54ª vez

O número de desempregados inscritos nos centros de emprego do IEFP voltou a cair em Junho, mantendo a tendência iniciada há quatro anos e meio.

O número de desempregados registados caiu 0,1 por cento, em Junho face a igual mês do ano passado, para 314.776 pessoas. Este é o 54º mês consecutivo em que se regista uma quebra homóloga (face a igual mês do ano precedente) do número de desempregados inscritos no Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP).

Em Junho face a Maio, o chamado desemprego registado – inscritos nos centros de emprego do IEFP – caiu 1,3 por cento.

Esta quebra é justificada pela redução homóloga de 11,3 por cento do número de desempregados à procura do primeiro emprego.

Outro segmento que registou uma quebra foi o de desempregados de longa duração (inscritos há mais de um ano no IEFP), com uma descida homóloga de 4,3 por cento.

As descidas mais acentuadas registaram-se nas regiões autónomas dos Açores e da Madeira. Nos Açores, a redução homóloga



foi de cerca de um terço.

Nas regiões de Lisboa e Vale do Tejo, Alentejo e Algarve verificou-se uma ligeira subida no número de inscritos.

A taxa de desemprego, medida pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), caiu 0,2 pontos percentuais, para 4,2 por cento, no primeiro trimestre deste ano face a igual período do ano passado.

Face ao quarto trimestre de 2000, a taxa de desemprego subiu 0,4 pontos percentuais, devido a um efeito considerado como sazonal.

Cidade do Cinema

José Lamego só viabilizará audiovisual

O candidato do PS à presidência da Câmara de Cascais, camarada José Lamego, disse que tudo fará para que a Cidade do Cinema seja um projecto audiovisual, manifestando-se contra uma vertente imobiliária.

José Lamego afirmou desconhecer os documentos que levaram o PSD a avançar com uma moção de censura ao presidente da autarquia, José Luís Judas, e que preconizam a construção de habitação nos terrenos previstos para a criação da Cidade do Cinema, junto ao Guincho.

«O que posso dizer é que tenho estado a acompanhar os contactos com grandes multinacionais do cinema para atrair investimento e farei tudo para que aquilo seja um projecto audiovisual», garantiu o candidato do PS.

«Já falei com a Portugal Telecom e com a PT Multimédia, que vão ser investidores no projecto e que me parecem os mais credíveis e o que lhes tenho dito é que farei tudo para que a Cidade do Cinema seja um projecto audiovisual e não imobiliário», sublinhou.

BALANÇO INDICA INTENSIFICAÇÃO DO RITMO DE TRABALHO

Seis anos depois do início do ciclo governativo da responsabilidade do Partido Socialista, as prioridades legislativas têm agora uma feição distinta da que marcou o período de 1995-99 e a primeira sessão legislativa da VIII Legislatura (1999-2000).

A segunda sessão legislativa da VIII Legislatura foi caracterizada por uma significativa intensificação do ritmo do trabalho parlamentar, traduzido tanto no número de reuniões plenárias como de comissões.

Nas eleições legislativas de 10 de Outubro de 1999, o PS assumiu perante os portugueses inequívocos compromissos, cujo cumprimento, também no que toca à actividade da Assembleia da República (AR), é ponto de honra para o Governo e para a bancada parlamentar socialista e condição essencial para a modernização do País.

A segunda sessão legislativa da VIII Legislatura foi caracterizada por intensas flutuações do clima político, imediata e fortemente projectadas nos trabalhos parlamentares.

Iniciada no rescaldo de uma intensa campanha pública em torno das questões de segurança interna, a sessão terminou num quadro marcado pela repetição à exaustão da tese segundo a qual o País estaria em crise, à beira do abismo, com a economia a caminho do caos.

Contrariando essa perspectiva, empolada com especial intensidade pelos partidos de oposição à direita, o Governo empenhou-se em apontar os verdadeiros problemas que Portugal enfrenta, bem como as políticas e acções necessárias para os vencer e procurou contribuir para o restabelecimento de um clima de confiança.

A composição do Executivo foi ponderadamente reajustada em quatro momentos, por forma a assegurar as condições políticas mais adequadas à realização desses objectivos.

A tragédia de Entre-os-Rios levou também à alteração do elenco governamental, na sequência do pedido de demissão apresentado de imediato pelo então ministro do Equipamento Social, Jorge Coelho.

A fase inicial da segunda sessão legislativa foi dominada pelas vicissitudes que rodearam a aprovação do Orçamento de Estado para 2001 e pela conclusão da primeira fase da Reforma Fiscal, de imediato promulgada de modo a poder entrar em vigor no dia 1 de Janeiro de 2001. Coincidindo com a campanha eleitoral que levou à reeleição do Presidente Jorge



Sampaio, esse período de acentuada instabilidade política, em que se multiplicaram apelos à dissolução da Assembleia da República e à convocação de novas eleições, culminou na clarificação política decorrente do desfecho da eleição presidencial.

Porém, a partir do fim do mês de Março, o brutal acidente de Entre-os-Rios veio condicionar tragicamente o panorama

político nacional, tornando necessárias medidas de emergência, aprovadas pela AR no próprio dia em que foram apresentadas pelo Governo, e abrindo um debate nacional sobre as desigualdades que marcam o processo de desenvolvimento do país.

Em Abril, o abrandamento do crescimento económico levou o primeiro-ministro, no seu debate mensal com o Parlamento, a

anunciar uma estratégia de combate tendente a enfrentar as dificuldades de curto prazo e as estruturais: aceleração do ritmo de execução do investimento público; incentivo à contratualização de investimento estrangeiro relevante; apoio forte ao investimento privado, acelerando a execução do Plano Operacional de Economia; aposta nas exportações, privilegiando o mercado espanhol; aprofundamento da consolidação das finanças públicas.

O Executivo socialista empenhou-se, também, em trazer a debate parlamentar o futuro da Europa. Tendo submetido à apreciação da Assembleia a revisão dos tratados decorrente da Cimeira de Nice, o Governo retomou o tema no debate mensal com o primeiro-ministro em Maio e participou em numerosas sessões de trabalho em comissão, bem como na reunião plenária que em Junho de 2001 aprofundou o debate. Nesse quadro, o Governo propôs ao Parlamento que a aprovação do tratado de Nice tenha lugar no início da terceira sessão legislativa.

Duas iniciativas governamentais (a aprovação da Convenção de Roma, que institui o Tribunal Penal Internacional, e a proposta tendente ao reconhecimento do direito de criação de sindicatos na PSP) não puderam ser aprovadas pela AR sem abertura de um processo de revisão constitucional. A deliberação foi oportunamente tomada, encontrando-se em curso os debates da Comissão Eventual de Revisão Constitucional.

Extraíndo conclusões do trabalho desenvolvido em 1999-2000, foram debatidas e adoptadas, com resultados positivos visíveis, diversas medidas de reforço dos mecanismos de articulação entre a maioria parlamentar e o Governo.

Os blocos e os bloqueios

Na segunda sessão legislativa continuaram a projectar-se na vida parlamentar as consequências da composição política *sui generis* do hemiciclo resultante das eleições de 10 de Outubro de 1999.

Como sublinhou António Guterres, durante a investidura parlamentar do Governo, ao atribuírem 115 deputados ao PS – cujo grupo parlamentar sustenta o Executivo – e os mesmos 115 deputados ao conjunto dos diversos partidos da oposição (81 PSD, 15 PR, 15 PCR, 2 PEV, 2 BE), os eleitores criaram uma situação inédita na vida política portuguesa.

Os 115 deputados do GP/PS podem, só por si, impedir a concretização de qualquer projecto das oposições, mas nada podem impor isoladamente ou divididos.

Os grupos parlamentares das oposições podem, se entenderem agir conjuntamente nesse sentido, inviabilizar qualquer

Indicadores da actividade parlamentar

I Processos legislativos concluídos

- Leis resultantes de proposta do Governo: 24
- Leis resultantes de iniciativa de deputados: 87
- Convenções e tratados aprovados: 37
- Projectos de resolução aprovados: 26

II Processos legislativos pendentes

- Propostas de lei em discussão na especialidade: 15
- Projectos de lei em discussão na especialidade: 55 (11 do PS)
- Convenções e tratados pendentes: 7
- Projectos de resolução pendentes: 64 (10 do PS)

III Iniciativas rejeitadas

- Projectos de lei rejeitados: 39 (1 do PS)

IV Fiscalização de decretos-lei

- Pedidos de apreciação parlamentar: 19 (1 do PS)
- Apreciações parlamentares que deram origem a lei de alteração: 6 (1 do PS)
- Apreciações que caducaram por falta de impulso dos proponentes: 7 (nenhuma do PS)
- Processo de apreciação ainda pendentes: 6 (nenhum do PS)

V Perguntas ao Governo

- Durante a sessão legislativa, o Executivo foi interpelado no Parlamento 64 vezes.

VI Votos aprovados

- Durante a sessão legislativa foram aprovados 74 votos (apoio, protesto, congratulação, saudação, homenagem e pesar).

Assembleia da República 2000-2001 Balço do trabalho parlamentar

Percorrida a recta quase final da sessão legislativa, têm vindo a multiplicar-se os balanços do trabalho político realizado pela Assembleia da República. A Secretaria de Estado dos Assuntos Parlamentares editou, imediatamente após o fim dos trabalhos de plenário, um vasto conjunto de indicadores estatísticos.

Assumem destaque os elementos referentes à produção legislativa, pelo que se elaborou a presente ficha analítica.

A 2ª sessão legislativa foi marcada pela aprovação de um número significativo de leis de grande relevância.

A análise da forma como os vários partidos votaram as leis aprovadas oriundas de projectos de deputados (Gráfico 1) revela uma pluralidade de parcerias de voto, predominando as de largo consenso (37 por cento).

Seguem-se as votadas por toda a esquerda (24 por cento) e as que o PS votou com o PSD e PP (19 por cento).

Nos demais casos, ocorreram parcerias pouco enquadráveis em modelos de fraturação simplista (vg. PS-PCP-BE-PP). Pode dizer-se o mesmo das votações de

propostas do Governo, em que a taxa de consenso sobe significativamente, em parte devido ao processo de preparação das propostas (com uma longa marcha no interior dos departamentos directamente responsáveis, apreciação em reuniões de secretários de Estado e, depois, em Conselho de Ministros) e grande abertura a aperfeiçoamentos parlamentares, debatidos em Comissão, o que propicia alargamento de consensos.

Na segunda sessão legislativa, 46 por cento das leis aprovadas na sequência de iniciativa do Executivo (Gráfico 2) obtiveram unanimidade ou zero votos contra, 25 por cento tiveram votos do PS com oposição minoritária, sendo 8 por cento do PS com PCP-PEV-BE mas também com o PP e 17 por cento PS-PCP-PEV-BE:

Esta diversidade de parcerias de voto contraria fortemente ideias feitas sobre a suposta «marca ideológica monocromática» da segunda sessão legislativa e convida à reflexão sobre a considerável margem de acção política que a presente composição da Assembleia da República propicia para resposta a relevantes problemas nacionais.

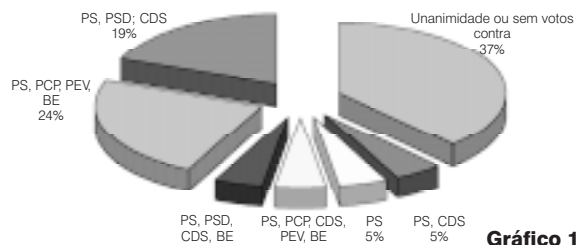


Gráfico 1

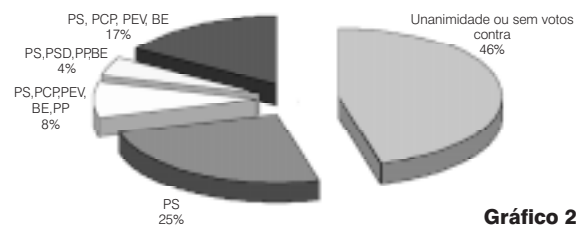


Gráfico 2

proposta do Governo ou do PS mas, igualmente, nada podem impor aos socialistas.

Em 2000-2001, em condições mais difíceis do que as registadas no período anterior, a maioria parlamentar e o Governo mantiveram dois traços fundamentais da sua conduta política: respeitar a identidade própria dos diversos grupos parlamentares da oposição e procurar vias de consenso concreto, e contribuir para um clima de estabilidade e uma base política alargada.

Iniciativas e impactos

Analisando a forma como a Assembleia da República foi vista pelos que mais directamente acompanham a sua actividade, é inevitável concluir que nem sempre iniciativas de grande relevo apresentadas pelo Governo, com efeito profundo e duradouro na transformação da ordem jurídica, tiveram no espaço público mediático o impacto correspondente à sua importância.

Tal levará o Governo a reflectir sobre a sua parte de responsabilidade em tal resultado, mas convida a uma geral ponderação das causas desse fenómeno que leva a que o Parlamento surja nas primeiras páginas (muitas vezes negativamente) quando debate certos tópicos e o invisibiliza quando toma opções tão positivas e mesmo históricas como a radical mudança das regras de feitura e execução do Orçamento de Estado.

Destaque-se que na segunda sessão legislativa foi aprovado o maior reforço de sempre dos poderes do Parlamento em

matéria de fixação e acompanhamento da execução da despesa pública, medida imprescindível para o bom uso do dinheiro dos contribuintes.

Enfrentando oposições de cariz distinto e frequentemente com coros críticos (uníssonos na expressão pública, embora por razões frequentemente opostas), a maioria parlamentar e o Governo empenharam-se na busca de denominadores comuns, avançaram com iniciativas sobre temas candentes, sem fugir a dificuldades, não negaram contribuição para leis resultantes de iniciativas alheias e deram cabal cumprimento às obrigações decorrentes do papel fiscalizador do Parlamento.

Estando ainda em curso a votação na especialidade dos diplomas tendentes à reforma do Parlamento, a segunda sessão legislativa decorreu formalmente num quadro normativo idêntico à anterior, mas antecipando já certas melhorias por todos julgadas necessárias.

A título de exemplo, assinalem-se os esforços tendentes a simplificar a tramitação dos tratados e a melhorar, a todos os níveis, a resposta do Governo a iniciativas dos deputados e bancadas parlamentares.

Essas medidas foram adoptadas pelo Executivo socialista ou com a sua colaboração, interpretando de forma inovadora disposições já existentes e usando com dinamismo figuras regimentais com potencialidades pouco exploradas.

A análise dos meses de acção decorridos propicia, também, importantes lições no tocante à direcção política e às formas de

articulação entre o Governo e a bancada que o apoia, nos vários planos (iniciativa legislativa, réplica política a iniciativas alheias) e nos diversos terrenos (conferência, plenário, comissões e acções externas).

Em todos esses planos e terrenos foram dados passos no sentido de, sem rigidez e multiplicando procedimentos formais e informais de contacto, racionalizar processos de decisão, melhorar o fornecimento atempado de informação recíproca e ajustar condutas políticas, em circunstâncias frequentemente mais complexas que no período anterior.

Prioridades

Durante a segunda sessão legislativa da VII Legislatura não só foi possível legislar em matérias muito relevantes (como a Liberdade Religiosa, a Reforma Fiscal e a revisão das regras de elaboração e execução do Orçamento de Estado), como tal se fez num quadro de evidente acréscimo da normal actividade de debate político.

Intensificou-se, por outro lado, a fiscalização da actividade do Governo, que compareceu frequentemente para replicar a interpeleções, debates de actualidade e de urgência, moções de censura e discussões na ordem do dia.

A moção de censura do PSD (rejeitada em 20 de Setembro) ajudou a sublinhar a profunda divisão das oposições e a inexistência de uma alternativa sólida e coerente ao programa governativo do PS. A interpeleção do Bloco de Esquerda centrada na reforma tributária e políticas de

combate à fraude e evasão fiscal (realizada a 21 de Setembro) permitiu ao Executivo anunciar a sua estratégia tendente à reforma fiscal e o calendário para a sua efectivação, que ocorreu.

A interpeleção do PP sobre criminalidade, violência e política de segurança interna (21 de Fevereiro) viabilizou a explicitação das medidas em aplicação e ajudou a diminuir o uso dos temas da segurança como arma de arremesso na praça pública.

A Moção de Censura do BE (rejeitada em 30 de Maio) e a interpeleção do PSD sobre política económica (12 de Junho) permitiram ao Governo reafirmar a sua legitimidade democrática e explicitar desenvolvimentos e o sentido político da sua acção.

Beneficiando do trabalho de levantamento de indicadores feito na sessão anterior e publicado, sob responsabilidade do actual SEAP sob o título «Parlamento 1999-2000», torna-se agora possível, no termo do período normal de funcionamento da Assembleia da República, fornecer à opinião pública números fiáveis e comparáveis sobre a multiplicidade de aspectos que caracterizam a actividade do Parlamento, através de elementos que vão desde listas de debates de Plenário a mapas comparativos de votações, gráficos reveladores de áreas de acção prioritárias, contagens exactas do tempo que demora a feitura das leis, entre tantos outros.

Visa-se, na parte que cabe ao Governo, contribuir para o conhecimento e prestígio da instituição parlamentar, alimentando com elementos objectivos um debate que, para ser saudável, não os pode dispensar.

PLANO CONTRA EXCLUSÃO VAI ERRADICAR POBREZA INFANTIL ATÉ 2010

Erradicar a pobreza infantil até 2010 é uma das metas principais do Plano Nacional de Acção para a Inclusão (PNAI), uma iniciativa aprovada na passada quinta-feira, dia 12, em Conselho de Ministros.

Segundo o ministro Adjunto do primeiro-ministro, António José Seguro, o plano surge na sequência de uma directiva da União Europeia que entrou em vigor após a presidência portuguesa (no primeiro semestre de 2000) ter decidido impulsionar «uma nova estratégia de cooperação na promoção das políticas inclusivas, de combate à pobreza e à exclusão social». Além da erradicação da pobreza até 2010, o Executivo socialista pretende reduzir a taxa de pobreza (23 por cento em 1995) para 17 por cento em 2005, período em que também se compromete a baixar em 50 por cento os actuais níveis de pobreza absoluta.

O PNAI prevê que, nos próximos dois anos, sejam lançados 50 contratos de desenvolvimento social urbano, tendo em vista a criação de cidades inclusivas e que se basearão «na convergência dos meios e dos instrumentos necessários em comunidades territoriais urbanas».

Os contratos serão geridos de forma integrada, a partir dos contributos de diversos protagonistas públicos e privados, nacionais, regionais e locais.

Para os centros populacionais mais pequenos, o PNAI prevê o lançamento do programa «Espaço Rural e Desenvolvimento Social».

Outros objectivos do plano passam pela concessão a todas as pessoas em exclusão social, no prazo de um ano, de «um contrato de inserção social adequado à sua situação concreta e envolvendo (consoante os casos) medidas na área da educação, formação, emprego, habitação, saúde, protecção social, rendimento e acesso a serviços».

O prazo será reduzido a três meses no caso de as situações de exclusão social abrangerem crianças ou jovens que abandonaram de forma precoce o sistema



escolar.

O PNAI prevê ainda o lançamento de uma linha nacional de emergência social, que estará articulada com centros sociais e distritais em funcionamento contínuo.

A linha tem como finalidade permitir o encaminhamento de qualquer cidadão em situação de emergência – nomeadamente pessoas sem abrigo, vítimas de violência, ou crianças em risco – para serviços prestadores de cuidados primários e acolhimento.

Promover políticas inclusivas

O PNAI corresponde ao cumprimento de um compromisso assumido pela União Europeia na Cimeira de Lisboa e,

posteriormente, consolidado e desenvolvido nos Conselhos Europeus da Feira e de Nice, constituindo a exteriorização de um impulso no sentido da adopção de uma nova estratégia de cooperação na promoção de políticas inclusivas e de combate à pobreza e exclusão social e integra, com o Plano Nacional de Emprego (PNE) e o Programa Integrado de Apoio à Inovação (PROINOV), o chamado «Triângulo Estratégico de Lisboa», de que é uma peça fundamental. O plano visa aprofundar a nova geração de políticas sociais activas, de acordo com um conjunto de princípios dos quais se destacam:

- A consagração do conceito de cidadania extensível a todas as pessoas legalmente residentes em Portugal, que postula o direito

ao trabalho e a um rendimento mínimo, mas também ao exercício dos direitos cívicos, à cultura, à educação, à habitação condigna e à participação na vida social e cultural, em suma, a uma plena inserção na vida em sociedade;

- A responsabilização e a mobilização do conjunto da sociedade e de cada pessoa no esforço de erradicação das situações de pobreza e exclusão, com particular enfoque na contratualização das respostas da protecção social;

- A integração e multidimensionalidade entendidas como convergência das medidas económicas, sociais e ambientais com vista à promoção das comunidades locais, fazendo apelo à congregação dos recursos;

- A territorialização das intervenções como aproximação e focalização das respostas aos problemas locais e às pessoas, criando dinâmicas de potenciação dos recursos e das competências locais;

- Reconhecimento da importância da igualdade de oportunidades entre homens e mulheres, como forma de garantia do exercício dos direitos tanto na esfera pública como na esfera privada;

- A consideração da perspectiva do género na análise das situações, na concretização das respostas e na avaliação dos resultados.

Como objectivos específicos, o Plano Nacional de Acção para a Inclusão visa capacitar e activar as pessoas que se encontram excluídas do mercado de trabalho; promover a inserção de grupos desfavorecidos pela via do emprego; privilegiar como instrumento de inclusão estratégico a aprendizagem ao longo da vida; desenvolver os sistemas de protecção social numa óptica de solidariedade e sustentabilidade; desenvolver a rede de equipamentos e serviços sociais e torná-los mais acessíveis a quem mais precisa; adequar os serviços e instituições básicas às necessidades das pessoas; e desenvolver iniciativas para o desenvolvimento integrado de territórios confrontados com a exclusão.

O PS CONTA CONSIGO Campanha Nacional de Angariação de Fundos

O SEU CONTRIBUTO PODERÁ SER EFECTUADO PARA AS SEGUINTESS CONTAS:

Nova Rede - Conta nº 00237931010 - NIB 003300000023793101005
CGD - Conta nº 0121001364130 - NIB 003501210000136413097
BES - Conta nº 023654960002 - NIB 000700230065496000278



CIÊNCIA E TECNOLOGIA

«Web sites» da Administração Pública na mira

A qualidade e maturidade de cerca de 500 «web sites» da administração directa e indirecta do Estado vão ser avaliadas semestralmente por uma entidade independente, com o objectivo de produzir recomendações com vista ao seu aperfeiçoamento.

A explicação foi dada, na passada sexta-feira, pelo ministro da Ciência e da Tecnologia, Mariano Gago, no dia em que foi lançado o concurso público para aquisição de serviços para a avaliação externa destes «web sites» da Administração Pública (AP).

«Esta não é uma avaliação dos organismos públicos, mas da informação que disponibilizam na Internet e da utilidade desta para o cidadão», sublinhou o ministro, realçando que «um instituto pode prestar excelentes serviços e ter um mau "web site" ou vice-versa».

Esta avaliação, prevista pela resolução do Conselho de Ministros 22/2001, pretende aferir, na dimensão qualitativa, critérios como conteúdos, actualização dos mesmos, acessibilidade, navegabilidade e facilidades para cidadãos com necessidades especiais.

Por outro lado, dentro da maturidade pretende-se avaliar o estado de desenvolvimento do «web site», tendo por base o grau de interactividade permitida. A informação, que será obtida sobretudo através da observação directa dos «sites», deverá resultar numa classificação final da presença na Internet dos cerca de 500 organismos avaliados, a variar entre zero (quando não existe «web site») e cinco (excelente).

Além da classificação, o relatório final deverá incluir ainda recomendações sobre os critérios a aperfeiçoar em cada um dos «web sites».

Os critérios técnicos na base desta avaliação vão dar origem a um guia de construção e aperfeiçoamento de páginas na Internet, que deverá em breve estar disponível «on line» em www.cisi.mct.pt.



CULTURA

Governo empenhado em transformar Coimbra em capital da cultura

O ministro da Cultura, Augusto Santos Silva, reafirmou no dia 13 o compromisso do Executivo socialista e do seu ministério em relação ao projecto de transformar Coimbra, em 2003, na primeira capital nacional da Cultura.

«É um projecto do Governo que será continuado», sublinhou o ministro, admitindo, contudo, que o programa governamental de rigor nas despesas públicas vai afectar esta e outras iniciativas.

Enquanto titular da pasta da Cultura, Augusto Santos Silva participou na primeira reunião de trabalho sobre este projecto para Coimbra. Quando tutelava a Educação, tinha já participado num encontro em Lisboa acerca da iniciativa.

O governante assegurou que o Orçamento de Estado de 2002 e de 2003 vai incluir verbas num «nível exigível» para assegurar a realização da Coimbra Capital Nacional da Cultura, que começa no Outono do próximo ano, mas escusou-se a adiantar para já um valor.

Outras fontes de financiamento para o projecto serão os Programas Operacionais, nomeadamente o da Cultura, e as contribuições de parceiros que venham a aderir à iniciativa.

Na reunião, que decorreu sexta-feira, na Câmara Municipal de Coimbra, foram tratados assuntos como a programação em sentido lato e as carências da cidade em termos de infra-estruturas e equipamentos.

Além do comissário do projecto, Abílio Hernandez Cardoso, participaram no encontro o presidente da Câmara, Manuel Machado, a delegada regional da Cultura do Centro, Ana Pires, e o presidente da Comissão de Coordenação da Região Centro, João Vasco Ribeiro.

O projecto Coimbra Capital Nacional da Cultura foi anunciado em Janeiro passado.



DESENVOLVIMENTO RURAL

Florestas: dinamizar associativismo

O secretário de Estado do Desenvolvimento Rural, Vítor Barros, disse, no dia 13, em Aveiro, que o Governo está a equacionar a atribuição de fundos financeiros e seguros aos produtores florestais, mas esta questão não é prioritária.

No encerramento das jornadas «Vale a pena investir na floresta?», organizadas pela Associação Florestal do Baixo Vouga, Vítor Barros afirmou que o Governo tem vindo a trabalhar nesta área, acrescentando que se trata de uma questão «delicada» envolvendo meios financeiros «muito avultados».

O governante adiantou, contudo, que a atribuição de fundos financeiros e seguros aos produtores florestais «não é prioritária».

«A questão terá maior acuidade depois de 2006 porque não sabemos que meios teremos para apoiar a floresta e todas as actividades com ela relacionadas», justificou.

Vítor Barros disse ainda que a floresta portuguesa é «muito repartida», sendo constituída por pequenas explorações cujos proprietários, muitas vezes, já não vivem na região.

«Devido ao abandono da floresta, ninguém limpa os matos e os produtores com uma gestão profissional e interessada correm um grande risco de incêndio, se tiverem ao lado estas parcelas florestais não cuidadas», frisou.

Para combater esta situação, Vítor Barros defendeu a necessidade de dinamizar o movimento associativo.

«Já temos dezenas de associações e secções florestais», informou, adiantando que, pela primeira vez, existe no actual quadro comunitário de apoio uma medida para a instalação de associações de produtores florestais e a prestação de serviços florestais por estas associações.



FINANÇAS

Execução orçamental divulgada mensalmente

Este mês a Direcção-Geral do Orçamento passa a divulgar a execução orçamental no dia 15, ou no dia útil imediatamente a seguir, assegurou, na passada segunda-feira, Guilherme d'Oliveira Martins.

A garantia, dada pelo ministro das Finanças durante um encontro com jornalistas realizado no seu ministério, rompe com a irregularidade na divulgação desta informação que caracterizou o seu antecessor, a quem, de resto, fez questão de não criticar.

O ministro apresentou-se no encontro com a totalidade da sua equipa, a saber Rui Coimbra, secretário de Estado do Orçamento, Rodolfo Lavrador, secretário de Estado do Tesouro e das Finanças, e Rogério Fernandes Ferreira, secretário de Estado dos Assuntos Fiscais.



NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Português é língua em crescimento

A União Europeia tem de atender a que o português é a primeira língua materna de origem europeia a projectar-se no plano internacional, significando um «poderoso» instrumento de difusão da Europa à escala global, defendeu no, dia 13, Jaime Gama.

O ministro dos Negócios Estrangeiros, que falava em Lisboa, na Conferência Parlamentar «A Língua Portuguesa no Mundo», organizada pela Comissão de Educação, Ciência e Cultura, referiu ainda as projecções que apontam para que em 2050, existam 336 milhões de falantes de português à escala mundial.

Para o ministro da Educação, Júlio Pedrosa, Portugal necessita de «maior coordenação e articulação» entre os vários intervenientes do ensino da língua portuguesa no estrangeiro, designadamente a nível dos instrumentos, entidades e eixos de intervenção.

Júlio Pedrosa reconheceu que se verificaram progressos na elaboração de materiais didácticos, mas de forma ainda bastante limitada.

Jaime Gama sustenta que Portugal necessita de ter cuidado com «uma aproximação demasiado burocrática e estatista, pois um excesso de intervenção do Estado só contribuirá para enfraquecer a dinâmica da língua portuguesa».



O ministro dos Negócios Estrangeiros defende ainda que Portugal deve resistir à tentação da centralização, relativamente à Língua Portuguesa. E que, sublinhou, «África e Brasil têm mais falantes de português que Portugal».

Por esta razão, Portugal não pode «pretender uma hegemonia a favor do país que não só não seria benéfica como ignoraria o facto de que o grande crescimento da língua portuguesa está em África e no Brasil», sustentou o ministro.

Relativamente ao Acordo Ortográfico, Jaime Gama considerou que, apesar de subscrito pelos governos, ele não está em vigor.

Mas o ministro dos Negócios Estrangeiros não deixou de salientar que «com ou sem acordo, o português é uma língua em crescimento».

OBRAS PÚBLICAS

Euro-2004 é oportunidade única para projectar Portugal

O secretário de Estado das Obras Públicas, Vieira da Silva, afirmou no dia 13, em Coimbra, que o campeonato europeu de futebol de 2004 constitui uma «oportunidade única» de o País projectar uma imagem de modernidade e eficácia.

«É um desafio nacional com reflexos a muitos níveis, uma oportunidade para nos apresentarmos perante o mundo como uma sociedade moderna», sublinhou o governante, que presidiu sexta-feira à celebração de um contrato-programa entre a Câmara Municipal de Coimbra e o Instituto de Estradas de Portugal (IEP), para obras no âmbito do Euro-2004.

O contrato compreende a execução de um conjunto de obras destinadas a melhorar as acessibilidades ao Estádio Municipal de Coimbra, com vista à realização da fase final do campeonato.

«Só quem não olha o acontecimento na sua globalidade é que não compreende que é uma candidatura nacional», afirmou Vieira da Silva, frisando que o campeonato é um «acontecimento fortíssimo do ponto de vista mediático», que vai permitir que a imagem de Portugal seja vista por «centenas de milhares de pessoas em todo o mundo».

Na perspectiva do secretário de Estado das Obras Públicas, «a tradição de bem jogar futebol em Coimbra justifica um estádio melhorado, mas o Euro-2004 é bem mais do que uma oportunidade para jogar e ver bom futebol».

Ao abrigo do contrato celebrado sexta-feira, o IEP vai financiar com 1,9 milhões de contos (9,5 milhões de euros) o alargamento e prolongamento da Avenida da Lousã, o desnivelamento da Rua Humberto Delgado, a construção de uma rotunda na Estrada Nacional n.º 1, no cruzamento da Lages, e a ligação da Estrada da Beira a uma circular para facilitar o acesso ao Estádio, com 800 metros e quatro vias.



TURISMO

Apostar na qualidade empresarial

O secretário de Estado do Turismo, Vítor Neto, disse, no dia 13, em Vilamoura, que o sector está de «boa saúde» e convidou os empresários a apostarem na vertente da qualidade.

«O turismo, que nos últimos três/quatro anos deu um salto em frente em Portugal, está de boa saúde», disse Vítor Neto que falava em Vilamoura na cerimónia de tomada de posse dos novos corpos gerentes da Associação dos Hotéis e Empreendimentos Turísticos do Algarve (AHETA).

Na opinião do secretário de Estado, nos últimos tempos o turismo em Portugal «ganhou cidadania e respeito pelo poder político», para além do reconhecimento internacional da sua importância e qualidade, designadamente ao nível da Organização Mundial de Turismo (OMT).

Falando para os muitos empresários presentes na cerimónia, Vítor Neto convidou-os a «apostarem forte» na qualidade, pois segundo disse «a grande concorrência internacional em termos de mercado não comporta projectos e ofertas de baixo nível qualitativo».

«Em termos de turismo ninguém engana ninguém duas vezes seguidas», disse o responsável ao recordar que o actual perfil do turista que visita Portugal é muito diferente do antigamente.

Na opinião de Vítor Neto, o turista de hoje «é mais culto, preparado e exigente, daí procurar ofertas que lhe garantam qualidade».

O secretário de Estado do Turismo apelou ainda a uma comunhão de esforços entre o Governo, autarquias e empresários do sector. «única via possível para o desenvolvimento do sector em Portugal», designadamente no Algarve.



DESTAQUE – CM

Agricultura

APROVADAS REGRAS PARA A EXPORTAÇÃO DE CARNE DE VACA



O Executivo socialista aprovou, no dia 12, um decreto que estabelece as normas para a exportação nacional de carne bovina e acolhe as directivas da União Europeia sobre protecção da doença das vacas loucas.

Segundo o comunicado de Conselho de Ministros, esta decisão surge na sequência do levantamento do embargo imposto a Portugal relativamente à exportação de animais e produtos com carne de vaca e do reconhecimento do «esforço desenvolvido pelo País no sentido de proceder à

erradicação da encefalopatia espongiforme bovina (BSE).

O decreto impõe regras para a exportação nacional de bovinos, embriões de bovinos, farinhas de carne e ossos.

As regras abrangem ainda alimentos para animais e fertilizantes que tenham na sua composição farinhas de carne e ossos, carne, produtos susceptíveis de entrar nas cadeias alimentar ou animal e matérias destinadas a serem utilizadas em produtos cosméticos e médicos.

CONSELHO DE MINISTROS

Reunião de 12 Julho

O Conselho de Ministros aprovou:

- Uma resolução que aprova o Plano Nacional de Acção para a Inclusão; Um diploma revoga na ordem jurídica interna a Decisão da Comissão n.º 2001/376/CE, de 18 de Abril, sobre medidas de protecção contra a encefalopatia espongiforme bovina;
- Uma resolução que fixa a quantidade de acções a alienar na quarta fase do processo de privatização do capital social da Brisa – Auto-Estradas de Portugal, SA;
- Um decreto-lei que prorroga o regime de instalação do Instituto Histórico de Educação;
- Um decreto que aprova o acordo entre a República Portuguesa e a República da Arménia sobre cooperação nos domínios da Educação, da Ciência e da Cultura, assinado em Lisboa em 13 de Novembro de 2000;
- Um decreto que aprova o acordo entre a República Portuguesa e a Ucrânia sobre cooperação nos domínios da educação, da cultura, da ciência e da tecnologia, do desporto, da juventude e da comunicação social, assinado em Lisboa, em 25 de Novembro de 2000;
- Um decreto que aprova o acordo de cooperação o Governo da República Portuguesa e o Governo da Federação da Rússia no domínio do combate à criminalidade, assinado em Moscovo em 29 de Maio de 2000;
- Uma resolução que delega no ministro da Saúde, António Correia de Campos, a competência para actos relativos ao concurso público internacional n.º 9/2000, para funcionamento de produtos derivados do plasma humano.

BÉLGICA PEDE «ESPAÇO» AOS EUA PARA MAIOR INTERVENÇÃO NO MÉDIO ORIENTE

O vice-primeiro-ministro e chefe da diplomacia belga defendeu no dia 13 em Lisboa que um menor protagonismo norte-americano ajudaria a «abrir espaço» para uma intervenção europeia «mais agressiva» em prol da paz no Médio Oriente.

Louis Michel esteve na capital portuguesa para apresentar o programa da presidência semestral belga da União Europeia (UE), iniciada no passado dia 1, trazendo na agenda temas que foram do Tratado de Nice, preparação dos próximos conselhos europeus e alargamento, passando pela cooperação com o Mediterrâneo, África e América Latina, até aos cenários quentes dos Balcãs e Médio Oriente.

Em conferência de imprensa conjunta no Palácio das Necessidades, o chefe da diplomacia portuguesa, Jaime Gama, começou por valorizar a «longa troca de impressões» havida acerca das metas comunitárias e na «perspectiva de levar a cabo um debate aprofundado da revisão dos tratados», que permita dar «o salto



decisivo» entre Maastricht e um novo modelo.

O ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros português pôs o acento tónico na «estratégia europeia de abertura ao mundo» e, sobretudo, na sua relação com a bacia do Mediterrâneo, África, América Latina e outras regiões do globo com interesse para a União.

Neste sentido, acentuou a «componente da cooperação», nomeadamente em matéria de alargamento, ao salientar que «Louis Michel não partilha de uma política passiva, mas sim activa, como contribuição da diplomacia belga».

«A Bélgica é um país europeu muito atento ao mundo e este é também o alvo da União», adiantou, para frisar que Bruxelas «está empenhada em deixar na UE a marca da sua política externa», querendo «passar da rotina à iniciativa».

Louis Michel agradeceu a «densidade do debate» com o colega acerca do futuro europeu e os seus valores, elogiando Portugal, um «parceiro conhecedor» e «capaz de dar uma importante contribuição».

O vice-primeiro-ministro classificou de «alto nível e sem divergências» o frente-a-frente com Jaime Gama e corroborou a necessidade de «uma política de maior abertura», em nome da «eficácia» da presença europeia no mundo.

Relativamente aos restantes temas em

agenda, o ministro dos Negócios Estrangeiros belga mencionou superficialmente no conflito macedónio, recordando que o enviado especial da UE, François Léotard, está no terreno com a missão de «alimentar a negociação para o diálogo».

No conflito do Médio Oriente, venceu a «posição comum» dos Quinze, de «um empenhamento mais forte no apelo às partes para chegarem à paz».

«Pela via radical não se resolve o problema», acentuou, indicando que um menor protagonismo norte-americano ajudaria a «abrir espaço» para uma intervenção europeia com «maior agressividade».

Finalmente, Louis Michel, tendo no horizonte os próximos conselhos europeus da presidência belga, desdramatizou os distúrbios ocorridos em Gotemburgo, na cimeira de encerramento do mandato semestral sueco.

«Estamos em democracia, deve imperar a serenidade e o que não se pode aceitar é a violência, o medo e a chantagem», concluiu.

COMISSÃO EUROPEIA GARANTE REGULARIZAÇÃO DE DÍVIDA A PORTUGAL

A Comissão Europeia regularizará até ao fim do mês a parte que falta da dívida de 71 milhões de contos que tem de pagar relativamente ao último pacote de projectos apresentado por Lisboa a Bruxelas.

O comissário europeu da política regional, Michel Barnier, garantiu em Namur (Bélgica) à ministra do Planeamento, Elisa Ferreira, que os montantes em atraso de fundos estruturais serão assim regularizados.

«Garanti a Elisa Ferreira que antes do fim do mês de Julho pagaria aquilo que deve ser pago», disse Michel Barnier a um grupo de jornalistas portuguesas.

A ministra portuguesa não escondeu a sua satisfação pelo facto de o comissário europeu ter garantido a regularização das verbas em frente de todos os ministros responsáveis pela política regional dos Estados-membros da União Europeia, que participam numa reunião informal que decorreu nos dias 13 e 14 em Namur (Bélgica).

«Foi um momento importante no Conselho, a promessa da parte do comissário de que todo o dinheiro em dívida ficará regularizada», disse Elisa Ferreira aos jornalistas.

«O último pacote de 71 milhões de contos,



do qual parte já está pago, ficará assim regularizado», explicou Elisa Ferreira, acrescentando pensar que no fim deste mês se entrará numa «fase regular de transferência de dinheiro».

De qualquer forma, esta questão de tesouraria entre as contas do Estado português e as comunitárias «não afecta os que apresentam projectos, que continuam a receber o dinheiro sem qualquer problema».

Os fundos estruturais permitem financiar programas de desenvolvimento regional resultantes de um trabalho conjunto entre autoridades nacionais, regionais e locais, parceiros económicos e sociais e outros organismos competentes.

Lage substitui Seguro na liderança dos eurodeputados socialistas

O camarada Carlos Lage vai substituir António José Seguro na presidência da delegação socialista portuguesa no Parlamento Europeu.

Lage foi eleito na passada quinta-feira, por unanimidade, líder dos socialistas portugueses no Parlamento Europeu numa reunião, em Lisboa, dos eurodeputados do PS, que serviu também para assinalar o final da sessão legislativa.

O eurodeputado e ex-vice-presidente da Assembleia da República sucede a António José Seguro, que no início de Julho abandonou o Parlamento Europeu para assumir o cargo de ministro Adjunto do primeiro-ministro.

Carlos Lage vai dirigir politicamente os socialistas portugueses no Parlamento Europeu, coordenar as suas actividades e definir as perspectivas de trabalho para os próximos três anos de mandato.

Embargo à carne bovina portuguesa levantado a 1 de Agosto

A Comissão Europeia vai levantar o embargo à carne bovina portuguesa no dia 1 de Agosto.

Esta é a data proposta pela Comissão Europeia para o retomar das exportações portuguesas de carne bovina, inscrita no documento que está a circular nos serviços internos.

O texto está em consulta nos serviços comunitários e será levado para aprovação à reunião do Colégio de

Comissários, a 25 de Julho. Fontes diplomáticas disseram que alguns Estados-membros estão a questionar Bruxelas sobre questões técnicas, nomeadamente a data a partir da qual Portugal generalizou os testes à BSE, mas não estão a ser levantadas reservas à data proposta pela Comissão Europeia. O embargo à carne bovina portuguesa foi imposto em Novembro de 1998, devido à levada incidência de BSE.

QUINZE ADOPTAM DECLARAÇÃO A FAVOR DO PROTOCOLO DE QUIOTO

Os chefes de Estado e de Governo da União Europeia (UE) reafirmaram solenemente o seu compromisso a favor do Protocolo de Quioto, numa declaração conjunta divulgada no dia 16 em Bruxelas.

A declaração surge no mesmo dia em que se iniciaram em Bona, Alemanha, as negociações sobre o aquecimento do clima.

«As mudanças climáticas estão actualmente em curso. As suas consequências far-se-ão sentir à escala de todo o planeta. O tempo urge e a comunidade internacional não se pode permitir um adiamento das medidas a tomar», afirma o texto publicado pela presidência belga.

«A União Europeia fará tudo para que as negociações de Bona sejam coroadas de êxito», acrescenta a declaração, que foi publicada em nome «dos chefes de Estado e de Governo da UE».

Numa referência aos Estados Unidos e ao



Japão, «a UE apela a todos os países industrializados para que assumam as suas responsabilidades no quadro de um esforço comum».

Os Quinze «apelam igualmente a todos os outros países, de cada região e de cada hemisfério, para contribuírem

efectivamente para a aplicação rápida do protocolo de Quioto, em função das suas mais diversas responsabilidades comuns».

As negociações da ONU sobre o aquecimento do planeta foram retomadas no dia 16 em Bona, Alemanha, e prosseguirão durante duas semanas.

É a primeira vez que 180 países se encontram oficialmente para negociar as modalidades concretas de aplicação do Protocolo de Quioto, desde o fracasso da conferência de Haia, Holanda, em Novembro passado.

Entretanto, o novo presidente norte-americano, George W. Bush, decidiu rejeitar o acordo internacional e o Japão recusou

escolher entre alinhar com a nova posição norte-americana ou colocar-se ao lado da UE.

O Protocolo de Quioto, concluído em 1997 e ainda não ratificado por qualquer dos grandes países industrializados tendo em vista um acordo complementar sobre as modalidades de aplicação, impõe a estes países reduções de CO₂ e de outros gases que provocam o «efeito de estufa» entre 2008 e 2012.

Para os dirigentes da UE, a conclusão de um acordo em Bona sobre as modalidades de aplicação «deverá marcar uma importante etapa na luta contra o aquecimento do planeta».

CRESCIMENTO DA ECONOMIA MUNDIAL DEVERÁ CAIR PARA 2,4 POR CENTO EM 2001

As Nações Unidas prevêem que a economia mundial cresça 2,4 por cento este ano, em forte desaceleração face aos 4,1 por cento de 2000, e que as trocas comerciais aumentem 5,5 por cento, menos de metade do ano passado.

O relatório «A Economia Mundial em 2001», da ONU, espera para o ano em curso um crescimento económico de 2,6 por cento na União Europeia e de 2,7 por cento na zona euro, de 1,8 por cento nos Estados Unidos e de 0,7 por cento no Japão, enquanto nos países em desenvolvimento o crescimento deverá abrandar para 4,1 por cento.

As Nações Unidas esperam uma aceleração económica no próximo ano, com o produto mundial a crescer três por cento, recuperação que será comum aos países desenvolvidos e às nações em desenvolvimento, na base de um cenário de rápida recuperação da economia dos Estados Unidos com início durante a segunda metade de 2001.

O relatório observa que o maior risco neste cenário é o de eventualidade de um abrandamento mais profundo e prolongado do que o antecipado, que se reflectiria sobre as restantes economias. Acrescenta que o maior risco vem dos níveis muito elevados dos défices das balanças comercial e corrente dos Estados Unidos, que serão menos sustentáveis do que alguns indicadores sugerem.

As Nações Unidas admitem um quadro mais desfavorável em que em dois anos o produto dos Estados Unidos perderia 4,6 pontos percentuais, com o produto mundial a perder 1,7 pontos em dois anos

e o dos países industrializados 1,8 pontos. Naquele cenário, o comércio mundial seria 307 mil milhões de dólares inferior às previsões num espaço de dois anos.

No entanto, a ONU considera que a probabilidade de uma recessão global não é alta, apesar de haver um certo número de riscos, e assinala que a descida de taxas de juro nalgumas economias desenvolvidas, particularmente nos Estados Unidos, deve moderar o arrefecimento.

Para 2001, a ONU prevê um aumento de 4,2 por cento no produto dos países em desenvolvimento, com acréscimos de 3,1 por cento na América Latina e Caraíbas, 4,3 por cento em África, 2,6 por cento na Ásia Ocidental e 5,1 por cento na Ásia de Leste e de Sul.

A economia chinesa deverá crescer 7,3 por cento e a da Índia acima dos seis por cento. As economias em transição (países do Centro e Leste da Europa) deverão crescer 3,6 por cento este ano.

As Nações Unidas salientam que a América Latina e o Sudeste asiático serão mais afectados pelo abrandamento das importações dos países desenvolvidos, enquanto muitos países africanos serão afectados pela queda do preço das matérias-primas e os produtores de petróleo pelo arrefecimento das cotações do crude.

Acrescenta que pioraram as condições de financiamento para os países em desenvolvimento e em transição e o financiamento externo dessas economias continua a ser insuficiente para as suas necessidades.

GLOBALIZAÇÃO É POSITIVA SE CORRECTAMENTE CONDUZIDA

A globalização é «uma boa coisa» se «conduzida correctamente», mas tem «os seus custos negativos a partir do momento em que um grupo de países se sentem excluídos», defendeu o secretário-geral das Nações Unidas.

Kofi Annan, cujas declarações foram feitas ao diário italiano «La Repubblica», vai participar pela primeira numa cimeira do G8, situação de estreite que partilha com o Presidente norte-americano George Bush.

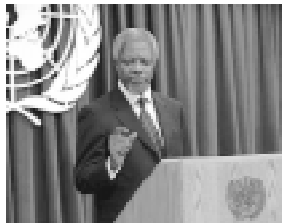
A reunião do G8 (grupo dos sete países mais industrializados mais a Rússia) vai realizar-se em Génova (Itália) de 20 a 22 de Julho e tem como temas principais a luta contra a pobreza e a sida.

«É necessário chegar a uma abertura ainda maior dos mercados para que a economia seja verdadeiramente global, de modo a tornar também possível a participação dos países mais pobres», frisou o secretário-geral da ONU.

Desde que ocupa este cargo, Kofi Annan tem escrito aos chefes de Estado e de Governo do G8 para «recordar-lhes uma parte do mundo que não podem ignorar».

«Parece-me que os Estados do G8 repararam que não podem fazer tudo sozinhos. Espero que a minha presença (na cimeira) não seja puramente decorativa», acrescentou.

Acerca das manifestações antiglobalização, Kofi Annan defendeu o direito de expressão



dos manifestantes «desde que o façam de um modo susceptível de levar ao diálogo. Um ataque frontal contra o G8 não tem sentido».

Para este responsável, a maior parte dos manifestantes vêem a globalização «como uma ameaça aos seus empregos ou um perigo para o ambiente» pois «não a compreendem».

Por isso, lamenta que «as políticas não lhes tenham explicado o processo».

Quanto ao Presidente dos EUA, poderá enfrentar alguns problemas entre os seus aliados e a Rússia em dois temas importantes: a defesa e o ambiente.

George Bush deverá ouvir alguns comentários acerca da rejeição do protocolo de Quioto e acerca do seu plano de defesa antimissil, o qual tem a forte oposição dos russos e dos chineses.

MOBILIZAR A POPULAÇÃO PARA A PRÁTICA DESPORTIVA

«**P**ortugal Activo e Saudável», com um orçamento de 120.000 contos até final de 2001, é o programa do Ministério da Juventude e do Desporto para implementar no País uma «cultura do movimento», em oposição ao sedentarismo que se enraíza.

Para 2002, esclareceu o presidente do Instituto Nacional do Desporto (IND), Manuel Brito, o suporte orçamental do «Portugal Activo e Saudável» será bem mais alargado, além de que, como também informou a sua coordenadora nacional, Teresa Ranilo, o seu financiamento envolverá patrocínios e parcerias estratégicas.

A cerimónia da apresentação formal deste programa, de resto já em marcha, realizou-se no anfiteatro do Centro de Medicina Desportiva, em Lisboa, e teve a presidência do ministro da Juventude e do Desporto, José Lello, que sublinhou ser o «Portugal Activo e Saudável» complementar do desporto de formação e do desporto de competição.

José Lello acentuou tratar-se de um projecto que visa «mobilizar a população portuguesa para a prática desportiva», procurando que «o conceito de actividade física» se afirme «em profunda conexão com o de vida saudável».



O ministro manifestou o seu apreço pelo associativismo desportivo, particularmente na sua vertente de formação, e

o seu apoio à figura do dirigente benévolo. Ao programa «Portugal Activo e Saudável», disse, serão bem-vindas todas as

federações que a ele pretendam aderir, como já sucede com a de Campismo.

A iniciativa visa, nomeadamente, «divulgar ao cidadão os benefícios da actividade física regular na saúde e na qualidade de vida», desenvolvendo-se a partir do associativismo desportivo e interessando no projecto clubes, colectividades, atarquias, escolas, associações, Centros de Saúde e organizações não governamentais.

Entre os seus objectivos gerais conta-se contribuir para o acesso de todos os cidadãos à prática desportiva informal, isto num país onde, como disse Manuel Brito, «muita gente assiste à prática desportiva, mas não pratica desporto».

A estrutura do programa assenta em alguns eixos, como sejam: o do equipamento (caminhos na natureza, áreas protegidas, grandes rotas, espaços verdes e jardins); o da divulgação (nacional, local, espaços urbanos, Marcha do Coração, esta em estreita colaboração com a Federação Portuguesa de Cardiologia); e o do acompanhamento técnico.

Representantes de cerca de três dezenas de federações desportivas, das 68 existentes no país, assistiram à cerimónia da apresentação do programa «Portugal Activo e Saudável».

PSP RENOVADA

O primeiro-ministro, António Guterres, presidiu sexta-feira, dia 13, à cerimónia de encerramento do ano escolar da Escola Prática de Polícia em Torres Novas, que formará novos agentes da PSP.

Na cerimónia, Guterres fez-se acompanhar pelo ministro da Administração Interna, Severiano Teixeira.

Dos 500 novos agentes, 29 são mulheres, a maioria tem idades compreendidas entre os 21 e 23 anos e o 12º ano de escolaridade como habilitações literárias (cerca de 56,4 por cento), o que, segundo o Executivo, representa «uma melhoria nas qualificações profissionais dos candidatos».

A duração do curso foi de meses, correspondendo a um ano lectivo, sendo o investimento feito na formação de cada agente na ordem dos 1820 contos.

De acordo com os dados do Governo, entre oficiais, subchefes e agentes, a PSP tinha 17.764 agentes em 1995, número que actualmente atingiu os 20.571, havendo ainda a referir que, desde 1996, foram formados 7.156 elementos da polícia.



O Governo considera também que houve melhorias ao nível dos meios de actuação das forças policiais, salientando que já foram adquiridas para a PSP 4.200 novas viaturas, além de existir «um forte investimento» em computadores, comunicações e armamento.

Até ao final deste ano, o Ministério da Administração Interna tenciona abrir sete novas esquadras em Canas de Lobos, Sacavém, Casal de São Brás, Pias Elvas, Porto (Corujeira), Lisboa (Divisão da Penha de França) e Aveiro.

Por outro lado, estão a ser realizadas obras na Divisão do Aeroporto de Faro, na Divisão Policial de Cascais, na Damaia, Torres Vedras, Horta, Lagoa, Nordeste e Vila Franca do Campo.

Recentemente, o primeiro-ministro esteve presente em Portalegre na cerimónia de fim de curso de formação de militares da Guarda Nacional Republicana, no qual foram aprovados novos 905 elementos.

Segundo o Executivo, o número de militares da GNR aumentou de 23 mil em 1995 para 26 mil actualmente.

FINANÇAS

Agentes económicos

SINAIS DE CONFIANÇA

O «primeiro objectivo da política do Governo» é o de «restituir a todos os agentes económicos condições de confiança». A garantia foi dada pelo ministro das Finanças, Guilherme d'Oliveira Martins, em declarações à Rádio Renascença. Em entrevista ao programa «Conversas Cruzadas», da Rádio Renascença, que foi transmitida no domingo, Oliveira Martins refere que «o sinal» de restabelecimento de confiança com os investidores e empresários «é o de que cumprimento das obrigações» governamentais. Um «cumprimento com base em regras e disciplina» que «depende também das condições de confiança dos contribuintes, dos empresários e dos trabalhadores», argumenta o governante. Sobre a reforma fiscal, Oliveira Martins ressalta que ela tem de ser feita «com planeamento fiscal». «O planeamento fiscal é feito por quem tem maiores rendimentos e, por isso, temos que usar sistemas que sejam inteligentes e eficazes e que permitam que quem tem maiores rendimentos pague de facto os impostos e contribua para a solidariedade nacional», justificou. Oliveira Martins revelou que, no próximo dia 20, vai ter nas suas mãos o texto da proposta elaborado pela Comissão sobre



a Reforma Fiscal, presidida pelo secretário de Estado Ricardo Sá Fernandes. Segundo o titular da pasta das Finanças, a proposta vai ser analisada à luz de «várias preocupações». «Em primeiro lugar, entendemos dever dar rapidamente um sinal aos mercados para

desbloquear a situação que hoje existe», porque, «o mercado está parado», frisou. Oliveira Martins adiantou que nos próximos dois meses estarão reunidas condições para «poder dar um sinal claro aos mercados para desbloquear a situação». O ministro das Finanças está igualmente preocupado com a salvaguarda do

investimento e não quer que a redução da despesa pública afecte à área reprodutiva. Outro assunto referido pelo ministro é o programa da redução da despesa pública. «Estas medidas de rigor são para aplicar», disse Oliveira Martins, a propósito desse Programa, apresentado pelo seu antecessor na pasta das Finanças, Pina Moura, «mas para salvaguardar em primeiro lugar o investimento». Ou seja, as medidas vão ser aplicadas de forma a que «a despesa pública reprodutiva, a despesa pública que melhora as infra-estruturas, as escolas e os hospitais não seja sacrificada», explica. O ministro pronunciou-se igualmente acerca da reforma do património, referindo que tem acompanhado «não apenas as mudanças que estão a ser preparadas em Espanha, mas também as mudanças que estão a ser preparadas noutros países e que já foram anunciadas em nome da competitividade». «O meu colega ministro das Finanças espanhol teve oportunidade, aliás, de me confirmar que na preparação do Orçamento para 2002 estão pensadas alterações no sentido da competitividade». Garantir a aprovação do Orçamento foi outro dos caminhos apontados por Oliveira Martins.

AUTÁRQUICAS

Presidente da República

SAMPAIO QUER DEBATE DE IDEIAS E PROJECTOS

O Presidente da República, Jorge Sampaio, considerou, no dia 16, que «tem havido nos últimos tempos momentos emotivos na pré-campanha eleitoral, com algumas incorrecções que seriam perfeitamente dispensáveis». «Faço daqui um apelo aos candidatos e aos cidadãos para que haja diálogo político e cultural e discussão de projectos, mas sempre com correcção», afirmou, sublinhando que, «nas próximas eleições seria bom que, além de se discutirem pessoas, se debatesses ideias e projectos de desenvolvimento». Sampaio falava durante a sessão de encerramento do Congresso «Os 300 anos do Mosteiro de S. Miguel de Refojos – conhecer e valorizar o património», que se iniciou domingo no auditório do Mosteiro, por iniciativa da Câmara local, da Direcção-Geral do Património e dos Monumentos Nacionais, da Comissão de Coordenação da Região Norte e da Arquidiocese de Braga. Na sessão, que foi seguida da inauguração



da Casa da Cultura e da Biblioteca Municipal, participaram o vice-governador Civil de Braga, Manuel Ferreira, o presidente da Câmara, Joaquim Barreto, e o arcebispo de Braga, D. Jorge Ortiga. O Presidente da República, que não especificou a quem se dirigia o «recado», defendeu a necessidade de os candidatos às eleições autárquicas procurarem ir ao fundo dos problemas, nos domínios do desenvolvimento regional e local, da Educação, e do Ambiente e Ordenamento. Jorge Sampaio admitiu que foram dadas «muitas machadadas», um pouco por todo o País, em termos de ordenamento do território e da preservação do património. O chefe de Estado salientou, contudo, que hoje existe «uma nova atitude» face aos problemas do ordenamento, da qualidade de vida e da preservação e modernização do património cultural e natural. Sampaio insistiu na necessidade de os candidatos às Câmaras e às Juntas de Freguesia debaterem projectos e opiniões sobre o que pretendem para o desenvolvimento local, de forma a que os cidadãos

que vão votar saibam por que o fazem. «Quem é eleito assume a grave responsabilidade de trabalhar em prol das comunidades, mas é essencial que as pessoas saibam porque se candidata, com que objectivos e responsabilidades», declarou, frisando que, se assim acontecer, «a democracia reforçar-se-á e o País dará mais um sinal de maturidade no sentido de superar os desafios do futuro». O Presidente da República considerou que «os trabalhos de recuperação do Mosteiro de S. Miguel de Refojos, em Cabeceiras, são mais um sinal de que o País quer manter o seu património e os seus valores, e continuar a viver com uma cultura de exigência que implica combater o desleixo e o deixa-andar». «Quaisquer que sejam as dificuldades do tempo em que vivemos, há que ter a capacidade de sentir e ultrapassar as dificuldades», referiu, aproveitando para elogiar a cooperação entre os diversos organismos da administração local e central patentes nas parcerias de recuperação do Mosteiro.



Albufeira

Mais subsídios para actividades associativas

O município de Albufeira deliberou atribuir um conjunto de subsídios para diversas actividades associativas.



A maior fatia vai para o Padernense Clube, a fim de serem realizadas obras de beneficiação do sistema de iluminação do Estádio João Campos, em Paderne.

Cascais

2ª fase da Ciclo via vai ligar Marina à Guia

A Câmara de Cascais apresentou o projecto da segunda fase da Ciclo via, um troço com três quilómetros que liga a Marina à Guia, onde terá continuidade com o primeiro que termina no Guincho.



«É uma óptima requalificação de um espaço abandonado há décadas e que permite juntar a componente desportiva à ambiental», disse o vereador da Câmara Municipal de Cascais com o pelouro dos Espaços Verdes e Desporto.

Ao contrário da primeira Ciclo via, da Guia ao Guincho, este troço será construído junto ao mar e permitirá também a separação da circulação pedonal da de bicicletas.

«Por termos mais espaço junto ao mar, pode-se diferenciar a circulação pedonal e a Ciclo via, que não acontece no primeiro traçado», disse Miguel Raposo, arquitecto responsável pelo projecto, acrescentando que o traçado, por estar numa zona sensível, dentro do Parque Natural Sintra-Cascais (PNSC), respeitou vários critérios, desde o arranjo paisagístico à implementação de vegetação.

«Conhecendo o estado de degradação em que está esta zona e a construção de um equipamento desta natureza, tendo em vista beneficiar a população, é um projecto

que tem todo o fundamento», disse Óscar Knoblich, director do PNSC, acrescentando que foram encontradas soluções para evitar a «artificialização» da zona.

As obras começam na próxima segunda-feira e está previsto que a Ciclo via entre em funcionamento em Setembro, num investimento da autarquia de cerca 300 mil contos.

Segundo o director do departamento de Obras Públicas, Américo Rebelo, a construção da Ciclo via tem que ser realizada em tempo seco, razão pela qual se escolheu o Verão, porventura o período mais movimentado da estrada do Guincho.

Apesar disso, as obras não irão afectar a mobilidade e acessibilidade da circulação rodoviária, já que houve um grande planeamento prévio para que as intervenções, que possam causar algum congestionamento de tráfego, sejam feitas num curto período.

A segurança foi outra preocupação do projecto, que tem em conta, não só protecções ao longo das partes da Ciclo via mais próximas das falésias, mas também a instalação de redutores de velocidade e sinalização, na passadeira desnivelada, para peões e bicicletas, que ligará este segundo troço ao primeiro.

Depois da conclusão da Ciclo via, que vai da Marina de Cascais ao Guincho, a autarquia vai preparar uma terceira fase de intervenção, com a criação de um circuito pedonal, aproveitando o lado do mar da estrada do Guincho.

Fafe

Câmara promove cinema ao ar livre

A Câmara Municipal de Fafe está a retomar o habitual programa de animação de Verão, com os espectáculos musicais ao fim-de-semana, desde Julho a Setembro, com mais de uma dezena de espectáculos.



A grande novidade deste ano é a projecção de cinema ao ar livre, na Arcada, em pleno centro da cidade, nas noites de quarta-feira, desde o passado dia 11 de Julho e até final de Agosto.

Faro

ARCA no Festival Mundial da Juventude com apoio da autarquia

O município de Faro vai apoiar finan-

ceiramente a Associação Recreativa e Cultural do Algarve (ARCA) na sua deslocação ao Panamá, este mês, em representação de Portugal e do Algarve, no Festival Mundial da Juventude.



O Festival, realizado em 1998 na Costa de Caparica, é um evento no qual 5000 jovens de todo o mundo se encontram para desenvolver e participar numa série de actividades educacionais, culturais e de lazer. Fundamenta-se na cooperação e aprendizagem intercultural juvenil e apresenta-se como veículo excelente para divulgação das experiências e vivências de cada país de origem dos participantes.

Olhão

Gabinete de Consulta jurídica

A prestação de informação e apoio jurídico a todos os municípios, em especial aos de menores proventos, constitui o objectivo central de uma iniciativa da autarquia de Olhão em cooperação com o Ministério da Justiça e a Ordem dos Advogados.

O município cederá o espaço e outros apoios logísticos para o funcionamento do Gabinete de Consulta Jurídica.

Penha de França

Lançamento do livro «O coração ao pé da boca»

A sede da Junta de Freguesia da Penha de França, na Travessa do Calado, vai ser palco no dia 26 de Julho, às 18.30 horas, de uma sessão de apresentação do livro «O coração ao pé da boca», da autoria do camarada Carlos Carranca. A apresentação da obra vai estar a cargo de Vasco Lourenço, Luís Goes e Ana Clara de Sousa.

Trata-se de mais uma iniciativa cultural que conta com o apoio da Junta de Freguesia da Penha de França.

Segundo o autor, «o livro é uma compilação de textos centrados nos temas que mais marcaram a sociedade portuguesa nos últimos anos».

Poeta, professor da Universidade Lusófona e da Escola Profissional de Teatro de Cascais e presidente da Sociedade de Língua Portuguesa, o camarada Carlos Carranca dá-nos a conhecer em «O coração ao pé da boca» - uma compilação de textos publicados em diversos jornais, designadamente no «Acção Socialista», «Diário de Notícias», «Jornal de Coimbra», «Artes & Artes», «Jornal da Lousã» - a sua faceta de cidadão empenhado na transformação da sociedade, a de socialista sem dogma, mas fiel a princípios e valores, sem embarcar em modas pós-modernistas e pseudomodernistas da esquerda.



Vila Franca de Xira

Câmara vai investir 280 mil contos para proteger urbanização

A Câmara Municipal de Vila Franca de Xira adjudicou as obras de contenção da encosta sobranceira à Quinta de S. Amaro - uma urbanização dos arredores da sede do concelho onde residem cerca de 100 famílias e que enfrenta o risco de desmoronamento do enorme talude ali existente. Os trabalhos estão orçados em cerca de 280 mil contos.



O município considera que tem uma responsabilidade apenas parcial e moral na situação e que os construtores dos prédios devem participar nestas obras. Se não o fizerem, a autarquia admite recorrer aos tribunais.

PS QUER RESPONSABILIZAR OPOSIÇÃO

O camarada António José Seguro afirmou no dia 17 que o PS reiterou em Comissão Política a estratégia de dialogar com a oposição a viabilização do Orçamento de Estado de 2002, responsabilizando-a pela opção que seguir.

O ministro Adjunto do primeiro-ministro insistiu que o PS quer negociar a viabilização da proposta de Orçamento com todas as bancadas representadas no Parlamento, mas também deixou a advertência de que as forças da oposição «terão de ser confrontadas com as suas responsabilidades» em termos de governabilidade do País.

«Se os partidos da oposição voltarem a ter atitudes irresponsáveis e, por essa via, a proposta de Orçamento de Estado de 2002 for rejeitada, os portugueses terão de pedir explicações aos partidos



da oposição», advertiu o dirigente socialista.

Audiência com o PR

O PS vai discutir «de forma clara e frontal» com os partidos da oposição a proposta governamental de Orçamento de Estado (OE) para o próximo ano, afirmou no dia 13 o camarada Jorge Coelho.

O coordenador da Comissão Permanente do PS falava no final de uma audiência com o Presidente da República, Jorge Sampaio, a quem reafirmou que o PS é contra eleições legislativas antecipadas. O dirigente socialista coincidiu também com Jorge Sampaio na análise de que «as instituições estão a funcionar». Jorge Coelho sublinhou a importância de Portugal chegar a 1 de Janeiro de 2002

– quando entra em circulação o euro – «em plena estabilidade», pelo que o Governo «irá apresentar um OE rigoroso e discutir-lo com todas as forças políticas» para ser aprovado a tempo.

Nesse sentido, importa que os partidos da oposição «assumam as suas responsabilidades e colaborem» na resolução dos problemas do País, sublinhou Jorge Coelho.

O dirigente socialista insistiu que «as instituições estão a funcionar regularmente e não há razões para haver eleições antecipadas».

«Importa melhorar e corrigir o que tem estado menos bem» na resolução dos problemas que afectam os portugueses, defendeu Jorge Coelho, que estava acompanhado pelos camaradas António José Seguro, António Galamba, Maria de Belém e Vera Jardim.

AJUDA

IV Rally-Paper da Secção

Realiza-se no próximo dia 29 de Setembro (sábado) a 4ª edição do Rally-Paper da Secção da Ajuda.

Como já é tradicional, depois da competição realizar-se-á um almoço de confraternização. Os camaradas interessados em participar no evento deverão efectuar a sua inscrição na Secção o mais cedo que lhes seja possível, de forma a que a organização possa começar a programar no mais breve espaço de tempo o evento.

Folha informativa

«Este facto (reforma fiscal) tem originado uma campanha desmesurada de ataque ao Governo por parte de alguns grupos de empresários, que manifestam desta forma a sua vontade de que o Governo de esquerda do PS seja afastado e, por isso, procuram insistentemente uma alternativa que ainda não encontraram», afirma o camarada Dias Baptista no editorial da «Voz da Ajuda», de Junho, a folha informativa da Secção da Ajuda do PS.

No boletim, que é já uma referência pela sua qualidade, pode ler-se diversos artigos de opinião sobre a actualidade político-partidária e ainda notícias sobre as iniciativas levadas a cabo pela Secção, designadamente uma Assembleia Geral de Militantes e mais uma sessão do «Clube do Debate», que contou com a presença do camarada Barros Moura.



ÉVORA

II convenção autárquica

O coordenador da Comissão Permanente do PS, Jorge Coelho, manifestou-se no dia 14 convencido de uma vitória eleitoral autárquica do PS em Évora, cidade que, na sua opinião, poderá iniciar um novo ciclo com as autárquicas de Dezembro.

«Évora parou no tempo e por isso é a altura de mudar, de transformar e de modernizar», garantiu Jorge Coelho, na intervenção de encerramento da II convenção autárquica concelhia de Évora do PS.

Na presença do candidato socialista eborense, José Ernesto Oliveira, o dirigente do PS responsabilizou o PCP pela «estagnação» do concelho e referiu que «grande parte das coisas que foram feitas em Évora nos últimos seis anos são obra do Governo».

Passando uma mensagem de aposta forte em Évora, Jorge Coelho deixou claro que, para o PS, um «bom resultado significa vencer as autárquicas em Évora». Talvez, por isso, tenha deixado na convenção uma promessa: «Estarei em Évora, na segunda-feira seguinte às eleições autárquicas, para dar uma abraço e cumprimentar José Ernesto Oliveira pela vitória nas eleições».

O candidato socialista, numa longa intervenção sobre a cidade e sobre o programa de candidatura, centrou a atenção no desenvolvimento económico e na habitação com custos mais baixos, deixando igualmente como referência a «preservação do património histórico», ao qual, disse, pretende acrescentar a «modernidade que as novas soluções de mobilidade urbana permitem».

A convenção socialista, na qual marcou presença o ministro da Agricultura, camarada Capoulas Santos, serviu para apresentar parte da equipa que acompanhará José Ernesto Oliveira nas autárquicas de Dezembro - Fernanda Ramos, Miguel Lima, João Libório, Filomena Araújo, Joaquim Félix e Ana Luísa Boto.

ALANDROAL

João Nabais é o candidato

«Apostar nas pessoas – desenvolver o nosso concelho» é o lema da candidatura do PS à Câmara de Alandroal, que terá como cabeça-de-lista o camarada João Nabais, gestor, 35 anos.

Para vencer o atraso e estagnação em que se encontra mergulhado o concelho, o camarada João Nabais apresentou um manifesto contendo os princípios da candidatura.

Do emprego à habitação, passando pela luta contra a pobreza, as propostas socialistas têm como objectivo conseguir em quatro anos que o concelho de Alandroal atinja níveis idênticos de bem-estar aos de concelhos vizinhos.



GOLEGÃ

Apresentação dos candidatos

A Concelhia do PS/Golegã realiza amanhã, dia 20, pelas 20-30 horas, a apresentação pública dos candidatos socialistas às eleições autárquicas, que terá lugar no Café-Restaurante Central.

OURÉM

Assembleia Geral de Militantes

No próximo sábado, dia 21, vai ter lugar, entre as 14 e as 18 horas, na Secção de Ourém, uma Assembleia Geral de Militantes, cuja ordem de trabalhos será a eleição do Secretariado e da Mesa da Assembleia.

De acordo com os estatutos do partido, as listas de candidatura deverão ser entregues até 48 horas antes do início do respectivo acto eleitoral.

OBRAS PÚBLICAS

João Cravinho



SERÁ POUCO MAIS DO QUE DUPLICAR O RITMO DE REALIZAÇÃO?

Poucos domínios da política nacional têm sido tão astuciosamente «trabalhadores», em termos de condicionamento da opinião pública, como os que dizem respeito ao que se fez e não fez em matéria de grandes infra-estruturas e obras públicas, realizadas e programadas desde o fim dos anos 80. A ponto de se ter conseguido, em muitos casos, impor uma pretensa «realidade» falsificada à medida de interesses vários. Contra a verdade dos factos...

Por mera coincidência, tal sucede numa área de actividade onde se vem combatendo com feroz agressividade a necessidade de moralizar a obra pública a cargo do Estado. Também por simples acaso, de modo geral, os períodos em que domina o laxismo das políticas públicas aparecem exaltados pelas suas grandes realizações, enquanto que aqueles que se procurou lutar pela moralização são apresentados como períodos negros em que pouco ou nada se fez. A não ser promessas falhadas escandalosamente. Sempre, independentemente dos factos. Estou seguro que o tempo levantará este condicionamento da opinião pública, até porque as obras planeadas vão entrando paulatinamente em serviço ou execução. O primeiro Governo do PS recebeu cerca de 550 milhões de contos de investimentos lançados, quase todos executados até 1998, e entregou ao Governo seguinte mais de 2000 milhões de contos de investimentos lançados que se prolongarão pelas duas legislaturas seguintes, (sem contar com a Ota ou o TGV). Embora com grande dificuldade, a verdade acabará por se impor. Entretanto, convirá não deixar sem



esclarecimento certas afirmações que, involuntariamente, poderão induzir a opinião pública, em erro. A esse título, quero referir afirmações produzidas no n.º 430 da VISÃO, de 7 a 13 de Junho, nas páginas 42 a 44, sobre a conclusão da Rede Nacional de Auto-Estradas

Não está em causa a recta intenção ou proibição profissional do autor da peça. Tão somente, o esclarecimento necessário pelo facto de nessa peça, repetidamente, se atribuir ao primeiro Governo do PS o falhanço de uma alegada promessa de conclusão da Rede Nacional de Auto-Estradas no ano 2000. Nomeadamente, escreve-se que «Ferreiro Rodrigues à VISÃO anuncia obras até 2007 que, antes dele, Cravinho anunciara para 2000» (pág. 42). Ou que «a rede de auto-estradas prometida pelo primeiro Governo de António Guterres para o ano 2000, só estará pronta em 2007» (pág. 43).

Uma reflexão, de um segundo que fosse, sobre o máximo ritmo possível de construção deste tipo de infra-estruturas bastaria para fazer perceber o Absurdo de tal imputação.

Com efeito, essa imputação corresponderia ao compromisso de construir 2000 km de AE em 4 anos. Em termos de comparação média anual, tratar-se-ia de fazer 500 km por ano, o equivalente a mais do que duas auto-estradas do Algarve, completas, num só ano.

É como se alguém iniciasse uma crónica de atletismo, com a cândida afirmação de que se esperava do atleta y que corresse os 100 m em 3 segundos e do atleta x que saltasse em comprimento 15 metros, pelo menos. O compromisso que efectivamente se tentou cumprir foi o objectivo de ter no final de 2000 uma tal extensão de estrada em serviço ou sob contrato de execução que, que no caso do Plano Nacional de Auto-Estrada, se traduziria na sua conclusão por volta de 2004. Era um objectivo extremamente ambicioso que corresponderia a fazer em 9 anos o que ao ritmo médio de realização dos Governos de Cavaco Silva levaria mais de 25 anos para além de 2020. Ou seja, 16 anos de antecipação.

Quando o primeiro Governo PS iniciou o seu mandato não havia o conceito de Rede Nacional de Auto-Estradas. Até então tudo se limitava a troços dispersos a cargo da JAE e à concessão da BRISA, bem menor que a actual, com termo em Alcácer, a Sul, Montemor-o-Novo, a Leste, e Braga, a Norte. Apenas dois eixos eram contemplados parcialmente, o eixo litoral e o eixo de penetração para Madrid. Falava-se ainda de uma via rápida ligando Lisboa a Valhadolide, mas nada estava definitivamente resolvido. De qualquer modo, até 1995, em cerca de 50 anos, tinham sido construídos pouco menos de 1000 km, dos quais 760 kms em 10 anos de Governo de Cavaco Silva.

O primeiro Governo do PS consagrou no

plano Rodoviário Nacional de Auto-Estradas na extensão de 3000 km, abrangendo tanto o litoral como o interior.

Relativamente quanto à situação herdada de 1995, tratava-se de triplicar a extensão das vias em serviço num período que se queria da ordem dos 10 anos. Isto corresponderia a uma média de realização anual de 200km no período de 1996-2005, em contraste com os 76 km alcançados entre 1986 e 1995.

Foi possível acelerar significativamente a entrada em serviço de AE entre 1996 e 1999, relativamente ao quadriénio 92-95. Passou-se dos 421 km realizados sob a tutela de Ferreira do Amaral para os 516 km no período homólogo seguinte, (um exemplo entre muitos, de como a realidade é bem diferente da «realidade» astuciosamente construída). Mas uma mudança tão radical no ritmo de construção previsto só seria possível com a plena realização das novas concessões. Entre 1997 e 1999 foram lançados 12 concursos públicos internacionais e iniciou-se a preparação de outros quatro.

Representará a conclusão da Rede Nacional de Auto-Estrada em 2007 uma grave falha da política rodoviária dos Governos PS? De modo algum.

A extraordinária complexidade dos concursos públicos internacionais, necessários para o efeito, cada um de dezenas ou centenas de milhões de contos, levou a que a antecipação venha a ser de 13 anos. Será assim tão pouco? Ainda assim, essa antecipação implica mais do que duplicar o ritmo de realização dos Governos de Cavaco Silva, passando da média anual de 76 para 166 km. Chega?

In «Visão», 28-06-2001

AUTÁRQUICAS

José Pinto da Silva

CALDAS DE S. JORGE E PORQUE NÃO?

É habitual dizer-se e ouvir-se que as conversas são como as cerejas. Começa-se num tema e desanda-se para outro, muitas vezes ao sabor de um interventor mais sonoro. É fala-se muito de assuntos locais, contrariamente ao que possam imaginar e dizer alguns ilustres desta e de outras praças, mas de outras do que desta. E também se fala de eleições para a autarquia local, se, pelo PSD vai o mesmo e com a mesma equipa e logo se aventa que se for o mesmo para a Câmara irá o mesmo para esta Junta (estou a falar de

Caldas de S. Jorge) e depois logo se tenta saber se o PS apresentará lista e se apresentar quem irá na frente e quem a seguir. Aquelas que se atiram para cima da mesa por atirar ou, sabe-se lá, com intenção terceiras. É veio à tona o caso de uma freguesia do distrito de Viseu em que se candidatou uma lista (creio que sem subscrição partidária) composta só por mulheres. E, para gáudio de uns e muita surpresa de outros, essa lista no feminino venceu as eleições e deixou de cara à banda um habitual ganhador.

Ao ser inquirido sobre o que acharia de

uma tirada que tal, eu disse. E porque não? E que, por minha parte, aceitaria que uma tal lista pudesse ir em representação e sob a sigla do PS, desde que a Secção pudesse ter alguma influência na selecção da primeira e no veto a alguma que pudesse ser desonra para o partido na localidade. E que as candidatas (algumas pelo menos) se dispusessem a «estudar» algo das disposições autárquicas, para não serem motivo de riso se ignorarem o mais primário.

E que dirão disto as mulheres das Caldas de S. Jorge? E nomeadamente as mais

jovens, estudantes, com os seus cursos tirados, já no mundo do trabalho? Acredito sinceramente que haja em Caldas de S. Jorge uma boas mãos-cheias de mulheres que votam normalmente no PS com disponibilidade para um pouco de serviço público e tenho a certeza de que há muitas com capacidade para um bom desempenho. Admitindo, algumas que esta hipótese não é de todo impossível, comecem a conversar sobre o assunto. E não faz mal que façam corar alguns do sexo oposto, dito forte.

Militante em Caldas de S. Jorge)

PERSPECTIVA

Edite Estrela

O SIGNIFICADO DA PALAVRA EFICIÊNCIA



A apresentação pelo Governo de um programa de redução de custos da administração pública tem, pelo menos, o mérito evidente de nos chamar a atenção para um dos temas mais importantes da globalizada sociedade contemporânea: a necessidade de tornar mais eficiente o funcionamento do Estado.

No âmbito que nos interessa considerar, eficiência é um substantivo que pode ser aplicado para significar duas ideias: fazer o mesmo com menos custos ou fazer mais e melhor com os mesmos custos.

Diminuir os custos, baixando a qualidade e a quantidade dos serviços prestados não é, evidentemente, aumentar a eficiência. É apenas baixar os custos.

A nossa administração pública necessita de melhorar a sua eficiência. Nisso estaremos todos de acordo. Um programa que vise apenas baixar as despesas não constitui, por si, uma peça de reforma do papel do Estado na nossa sociedade. Antecedendo a iniciativa do Governo, o

Presidente da República trouxe ao debate da opinião nacional os temas da regionalização e da descentralização. Ao contrário do que vi comentado por vários observadores, penso que Jorge Sampaio não o fez de um ponto de vista essencialmente político - como, por exemplo, a propósito da melhor representatividade dos cidadãos. Fê-lo, isso sim, numa óptica de melhoria da eficiência da administração pública.

Daí, aliás, que as palavras regionalização e descentralização, que ele utilizou indiscriminadamente, embora portadoras de ideias diferentes, tenham surgido quase como sinónimos. De facto, do ponto de vista conceptual e no plano político, regionalização é algo de bem diferente de descentralização. Mas, quando pensamos na eficiência da administração pública, os dois termos costumam ser igualmente associados a bons resultados.

Quem me conhece, sabe que sou defensora da regionalização. Não ignoro, no entanto, os resultados do referendo

realizado. Temos de os respeitar e tal significa a manutenção, pelo menos durante um período de tempo aceitável, do nosso sistema político sem regiões.

Mas, os resultados do referendo - se nos impedem a regionalização - não nos impedem de fazer melhor em matéria de descentralização e de aperfeiçoamento dos órgãos de poder, em particular dos autárquicos, e do funcionamento da administração pública.

Gostaria de dar um exemplo. Está, neste momento, em curso a criação de uma nova região de turismo, englobando a quase totalidade dos municípios da margem norte da Área Metropolitana de Lisboa. O desiderato não é, naturalmente, retirar poder às autarquias que participam, empenhadamente, no processo.

O objectivo evidente é aumentar a eficiência da promoção turística da zona geográfica abrangida pela nova região. Recapitulo e adapto ao caso o significado da palavra eficiência: aumentar a promoção turística utilizando os mesmos

meios.

Com esta iniciativa, estamos a contribuir para melhorar o desempenho dos órgãos do poder local envolvidos e a apoiar o Governo, em particular a Secretaria de Estado do Turismo, na sua ambição legítima de incrementar o valor dos produtos turísticos nacionais, mantendo os custos de promoção dentro de limites aceitáveis.

O turismo, como é sabido, é uma actividade vital para o desenvolvimento económico e para o equilíbrio social do nosso país. Não fará sentido, pois, que não seja tratado dentro de uma lógica de investimento, isto é, compreendendo-se que os recursos agora despendidos têm o seu retorno no futuro imediato e longínquo. Eis algo que faz sentido à luz da eficiência dos meios postos à disposição do Estado. Não chega cortar nas despesas da administração pública. É preciso, pelo menos, manter os meios essenciais para o progresso do país.

In «Expresso», 30-06-01

POLÍTICA

Paulo Pisco*

AS COMUNIDADES PORTUGUESAS NO CONGRESSO DO PS



No recente congresso do Partido Socialista, as questões das Comunidades Portuguesas foram discutidas num painel próprio, tendo sido lançadas novas pistas de reflexão através do cruzamento dos problemas da emigração com um conjunto de direitos de cidadania, que agora foram reunidos na Carta dos Direitos Fundamentais, recentemente aprovada.

O congresso discutiu em quatro painéis as moções sectoriais. No painel B, com a designação genérica de "Portugal, a Europa e o Mundo", estiveram em discussão duas moções sobre a emigração, uma da Federação do Benelux, outra da secção de Bruxelas e outra assinada pelos deputados europeus.

A moção da Federação do Benelux é um documento que ao longo dos seus doze capítulos procura lançar algumas pistas de reflexão e apresentar diversas sugestões concretas sobre políticas a adoptar. Tanto nesta como nas outras duas moções, as questões da cidadania estão muito presentes.

Aliás, na moção dos deputados ao Parlamento Europeu há uma frase que reflecte bem a pertinência deste debate sobre o aprofundamento da cidadania: "É preciso olhar para o futuro da União pensando mais nas pessoas do que nos egoísmos dos Estados".

A importância desta reflexão decorre essencialmente da necessidade de se avaliar a prática da cidadania na União Europeia, aproveitando a nova visibilidade que, com a aprovação da Carta, ganharam direitos de natureza pessoal, laboral, cívica, que estavam dispersos por vários tratados e agora estão sistematizados num só corpo. Embora com mais dificuldades, estes direitos, pela sua universalidade, podem ser também pensados relativamente a países não comunitários, entre outras coisas, porque eles têm a ver com a participação cívica, e esta está na base do reconhecimento e bem estar dos cidadãos. Os direitos de cidadania de que gozam os cidadãos da União Europeia têm um grande alcance prático e simbólico e contêm em si os elementos que permitem uma maior integração e participação nas sociedades de acolhimento. No entanto, é lícito afirmar que existem duas ordens de resistências. Uma delas decorre da própria condição de estrangeiro, mesmo sendo comunitário, e que, no caso português, leva consigo todo um passado de falta de participação cívica, uma maneira de ser caracterizada pela discriminação e uma preocupação clara e em muitos casos exclusiva de ganhar dinheiro. A outra é a dos próprios poderes de Estado e das administrações dos países de acolhimento, que apesar dos discursos de uma Europa sem fronteiras, são sempre

quem estabelece as regras do jogo, escolhe os jogadores e os condiciona na sua actividade.

E no entanto, há um capítulo sobre a igualdade na Carta que afirma ser "proibida toda a discriminação em razão da nacionalidade". Mas depois, no capítulo Solidariedade, que abarca algumas questões relacionadas com o emprego, nenhum artigo refere, por exemplo, que todos os comunitários tem o direito a aceder aos empregos em igualdade de circunstâncias. Com efeito, não é líquido que, em termos de salários, um português num país comunitário ganhe sempre o mesmo que um natural do país de acolhimento, desempenhando as mesmas tarefas. Haverá ou não tratamentos de preferência em função da nacionalidade? Por maior que seja a vontade a nível dos discursos, o que já é um passo importante, a verdade é que há sempre resistências no acesso a algumas profissões e lugares na sociedade. Em relação às segundas gerações, sobretudo aos nascidos nos países de acolhimento, aí as coisas mudam e há casos de integração sem complexos e com igualdade de direitos, mas também haverá outros em que a dupla pertença ao país de acolhimento e a Portugal poderá ser um obstáculo a uma existência descomplexada.

É verdade que existem agora grandes

facilidades para estabelecer residência e trabalhar e faz até parte do discurso oficial que não tem já qualquer sentido utilizar a palavra emigrante para os cidadãos oriundos da União Europeia. Aliás, as instâncias comunitárias não se cansam de dizer que ainda existe uma fraca mobilidade entre os europeus e que seria desejável que ela fosse maior como forma de baixar o desemprego em algumas regiões da UE e de melhorar a qualidade da produtividade noutras.

De facto, o discurso europeu apela a uma maior cidadania, melhor integração e mais participação. Mas estes factos não dependem apenas dos países de acolhimento e a prova disso é que há comunidades que estão melhor organizadas que outras e conseguem mais facilidades, mesmo sendo menos numerosos. Por outras palavras, é também da maior importância a capacidade de organização e de reivindicação de cada uma das comunidades, da sua coesão, da sua ligação às estruturas locais, sindicais, políticas e administrativas.

Incentivar este espírito é uma tarefa de todos, dos políticos, das autoridades do país de acolhimento e do país de emigração e da própria comunidade, sobretudo dela.

* Deputado do PS eleito pelo círculo da Europa In «Lusitano», 25-05-2001

PERSPECTIVA

José Medeiros Ferreira

GRUPOS DE PRESSÃO NO REGIME



Há anos periodizei os diferentes tipos de predomínio social em Portugal, depois do 25 de Abril, da seguinte forma: uma república de revolucionários entre 1974 e 1975, uma república de políticos entre 1976 e 1982, uma república de empresários entre 1982 e 1990 e uma república de financeiros e jornalistas desde então.

No meio destes tipos predominantes sempre fervilharam outros, sendo de assinalar a influência crescente da Igreja Católica, bem presente no modo como foi aprovada a recente Lei da Liberdade Religiosa nas decisões tonitrואntes da Conferência Episcopal de Maio último.

A partir daí, os diferentes grupos de pressão como que se sentiram obrigados à dissidência com o Governo presidido por António Guterres e multiplicaram-se em reuniões e em críticas à governação, ultrapassando em radicalismo os que, mesmo dentro da maioria, haviam mantido claras e distintas as suas discordâncias com alguns políticos do Executivo, como foi, e é, o nosso caso.

Hoje, não se abre a página de um jornal, que se não leia o anúncio de um programa de salvação nacional elaborado, por sugestão de empresários, a título individual ou por delegação das respectivas organizações gremiais. Os motivos explícitos estão relacionados com a «perda de credibilidade e desorientação da política

económica, um crescente clima de permissividade, onde se generalizam as práticas de corrupção» (ver caderno «Economia», do Expresso de 16 de Junho). A responsabilidade por tão magro quadro da realidade está suficientemente esbatida para se poder apurar seja o que for, pois só a «despesa pública excessiva» e o «crescimento excessivo do Estado» podem ser atribuídos exclusivamente ao Governo. Mas como tudo parece excessivo, eis um excesso que a opinião pública compreenderá...

Não se sabe de quem é a culpa da falta de competitividade das empresas que agora exportam menos. Será só da falta de produtividade e dos efeitos primordiais de se ter perdido a arma cambial? A organização, a gestão, o estudo dos mercados externos por parte dos empresários não entram no cálculo da percentagem de responsabilidade pelo declínio da cobertura das importações pelas exportações?

E se a banca privada se endivida no estrangeiro para além do aconselhável, o remédio passa só pela disciplina draconiana das finanças públicas? E agora que Cavaco Silva parece achar ciclópico este trabalho, logo aparecem velhos e novos mestres do manuseamento dos dinheiros públicos.

No meio deste coro de críticas, algumas há muito tecidas por Mário Soares, Medina

Carreira, Vasco Vieira de Almeida, entre outros, não se encontra em grande exposição o mal-estar causado pelas medidas fiscais adoptadas este ano. A tributação das mais-valias às vezes ainda aparece referida. Mas se juntarmos as razões de todos, os que retalhariam e os que não, a ideia geral que fica é a de que só o Terceiro Estado deve ser onerado com impostos se a colecta assim conseguida for escassa, mais cortar na despesa pública (na educação, na formação profissional, na saúde dos outros?) do que procurar aumentar o universo dos portugueses contribuintes?

Como o Estado não está na moda, todos se dispensam de averiguar as responsabilidades próprias e preferem atirar pedras a um Governo que, de facto, se tem revelado demasiado timorato e a jogar à defesa.

O País está pois a piorar, na opinião expressa de jornalistas, financeiros, empresários e nem sequer é preciso referir os políticos da maioria e da oposição que assim se inquietam. Então, seria natural que admitissem alguma forma de intervenção dos órgãos de soberania eleitos para se conseguir dar remédio aos males que todos detectam.

Mas aqui surge-nos uma nova surpresa. A salvação nacional deve operar-se sem intermediários eleitos directa ou indirectamente! O ideal seria uns

professores de finanças e algumas corporações, se se tiver em conta a inclinação de uns poucos.

Só assim se percebem as recentes críticas à actuação do Presidente da República. Todos têm o direito de participar na «redefinição dos objectivos para o País» com a excepção dos que foram expressamente mandatados para o efeito pelos eleitores. Todos podem ouvir a cópia de economistas com que o destino nos dotou excepto o Presidente da República... Ainda por cima o Presidente da República alia a reforma da Administração Pública à descentralização dos seus serviços, o que sempre é uma ideia um pouco mais elaborada do que falar apenas do gigantismo do funcionalismo.

O melhor é começar já a criticar, antes que Assembleia, Governo e Presidente consigam ultrapassar a crise de confiança pela via do regular funcionamento das instituições democráticas e não pelo recurso à velha tradição dos homens providenciais!

É, de facto, paradoxal que se encare como salutare as movimentações dos grupos de pressão que pretendem mudanças «rápidas, seguras e empenhadas» e se critique qualquer acção do Presidente da República nesse sentido. Ter sido eleito democraticamente é um defeito?

In «Diário de Notícias», 19-06-2001

HABITAÇÃO

Helena Roseta

A CIDADE, A ESPECULAÇÃO E OS JOVENS



O que se passa no nosso mercado imobiliário, segundo leio nos jornais, é estarecedor. Moradias de 1 milhão de contos são vendidas em menos de 15 dias. Apartamentos por 50, 60 ou 80 000 contos, em planta, escoam-se em escassas semanas e muitas vezes são pagos em cash. Entretanto, estimam-se em 50 ou 70 000 o número de prédios devolutos em Lisboa.

Só aparentemente é que estes factos são desconexos. O que se está a passar é que o mercado imobiliário está a ser alvo de pressões especulativas brutais, senão mesmo de manobras de branqueamento de dinheiro. A globalização financeira não pode desligar-se deste fenómeno. Os capitais que demandam terrenos e construções nos nossos centros urbanos pretendem, também aqui, o máximo de «alavancagem». Como a procura excede a oferta, os valores continuam a subir. E muitos empreendimentos são adquiridos e revendidos sem chegarem a ser ocupados num processo crescente de multiplicação do dinheiro. Como resultado, as camadas

de jovens vão morar para cada vez mais longe, com tudo o que isso significa de quotidianos complicados, tempo perdido em transportes, engarrafamentos e stress.

É para mim incompreensível que um governo socialista se mostre tão pouco preocupado com esta situação. Tudo começa nos solos, às vezes com responsabilidade das autarquias, que aprovam densidades de ocupação insustentáveis. Mas o próprio Estado tem culpas no cartório. O caso das projectadas torres para Cacilhas, biónicas ou não, é exemplar. Quem se recorda da constituição do Fundo Margueira, patrocinada em 1991 pelo Governo de Cavaco? A ideia era recuperar a indemnização devida à Lisnave com a urbanização dos terrenos devolutos. Bem pode José Sócrates anunciar que repara tais projectos. Que instruções dá Pina Moura ao representante do Estado no Fundo, que tem 51 por cento de capital público? Não será absurdo ver o mesmo Estado chumbar com uma mão o que prometeu com a outra?

O mesmo tipo de raciocínio parece estar subjacente a algumas das operações do

euro 2004. Sempre que oiço um responsável falar em «custos zero», tremo: já sei que quem os vai pagar é o território e as urbanizações delirantes que lhe vão pôr em cima. Dou apenas um exemplo: Leiria. 40 000 habitantes, problemas estruturais ainda não resolvidos, péssimos acessos, paisagem urbana incongruente. Pois está previsto um estádio para 30 000 pessoas, a viabilizar com urbanizações. Quem estudou os impactos ambientais e sociais deste projecto?

Se se acredita que o Estado moderno, tem de ter o papel regulador nas áreas em que o mercado não funciona ou abusa, o imobiliário é umas delas. Temos uma lei de solos de 1976, interessante, mas desactualizada. Temos um Quadro Comunitário de Apoio com verbas para obras públicas estruturantes, mas falta a definição nacional das linhas mestras para o ordenamento do território. Como pode discutir-se, sem esta base, o traçado do TGV? Faz algum sentido que, em mudando o ministro, mude a localização das grandes obras? Temos medidas positivas a favor da reabilitação urbana e do arrendamento

de jovens, mas continuamos sem reforma fiscal para o imobiliário. Temos novos investimentos para acessibilidades suburbanas, mas não há habitação barata nos centros; sem ela, melhores acessos irão fatalmente agravar o nível de saturação.

O programa POLIS não responde a estas questões. Há demasiada preocupação com o marketing e insuficiente atenção aos mecanismos perversos da especulação imobiliária. Falta uma lei de base da política de solos que enquadre a acção reguladora dos poderes públicos. E falta um programa nacional de ordenamento do território, prometido pelo PS pelo menos desde 95. Sem estes instrumentos, é perigoso gastar tantos milhões em obras avulsas. E é impossível preparar um quadro de vida mais justo e harmonioso para as gerações mais novas. Se elas, obrigadas a morar a horas de distância dos locais onde estudam ou trabalham, as primeiras a perder cidadania. Não se culpam, por isso, os jovens que não se interessam por política. A política, esta política, é que se tem interessado muito pouco pelos jovens.

In, «Visão», 06-06-2001

O PRESIDENTE, O GOVERNO E A OPOSIÇÃO



Ao contrário do que defendem muitos observadores e comentadores políticos, não me parece existirem fundamentos bastantes para a dissolução da Assembleia da República (AR) e antecipação de eleições parlamentares, a meio do mandato do actual Governo PS. E, aliás, também não vejo que interesse é que os partidos da oposição podem ter na realização de eleições na actual situação política. No nosso sistema de governo, ao contrário do que sucede noutros sistemas parlamentares, o Presidente da República goza realmente do poder unilateral de antecipar eleições, mediante dissolução do parlamento, em qualquer momento (ressalvados certos períodos vedados). É uma faculdade constitucional materialmente discricionária, que só depende do parecer não vinculativo do Conselho de Estado. Diferentemente do que se passa com o poder presidencial de demissão do governo, que só pode ocorrer quando esteja em causa "o regular funcionamento das instituições" (como reza a Lei fundamental), sendo portanto uma ocorrência excepcionalíssima, a dissolução da AR para efeitos de antecipação de eleições parlamentares não está sujeita a especiais requisitos objectivos. Mas isso não pode querer dizer que o Presidente é livre de dissolver a AR e convocar eleições parlamentares, sempre que não goste do Governo ou que este defronte dificuldades políticas ou seja objecto de contestação social e/ou política. Mesmo se não carece de justificação para ser constitucionalmente legítima, a dissolução do parlamento precisa de uma motivação forte para ser politicamente

admissível. Ora, presentemente, não se vê nenhuma razão séria para justificar tal providência. Não se verifica nenhuma crise governativa. O Governo não foi objecto de moção de censura parlamentar nem se mostra paralisado por força de um impasse parlamentar. Não existe sequer nenhuma situação de generalizada contestação social e política do Governo. Pelo contrário, o Governo acaba de ver aprovado um orçamento complementar, aliás com a abstenção do principal partido da oposição, o que em si mesmo significa um "refrescamento" da sua legitimação parlamentar e política em geral. E a extensão remodelação da equipa governamental recentemente efectuada pelo primeiro-ministro, se bem que estragada pelo modo desastrado como se processou, não pode deixar de implicar um período de "prova" suplementar. Acresce que no final do ano o Governo vai ter de passar duas difíceis provas, que, essas sim, podem alterar a situação presente. Trata-se da votação do Orçamento para o próximo ano e das eleições locais. Uma possível reprovação do Orçamento levaria quase automaticamente ao desfecho de eleições antecipadas, descontado um pouco provável Governo PS bis. Do mesmo modo, ainda que considerando a lógica específica das eleições locais, o Executivo dificilmente poderia sobreviver a uma severa derrota eleitoral do PS, tendo em conta o grau de fragilização política de que já padece. Na actual situação, porém, nem os próprios partidos de oposição têm interesse racional em precipitar eleições. Por um lado, elas seriam de resultado imprevisível e seguramente

aleatório. O mais provável seria uma escassa vitória relativa de qualquer dos dois partidos do centro do arco político (PS ou PSD), com diminutas possibilidades de robustez e durabilidade governativa. Para o principal partido da oposição, as eleições neste momento são manifestamente prematuras, já porque o PS ainda se não encontra definitivamente desgastado, já porque as possibilidades de uma vitória folgada daquele na oposição mais uns tempos pode ser assumir o poder demasiado cedo e sem uma confortável maioria parlamentar que o ponha a coberto da dependência parlamentar do CDS-PP. Quanto aos demais partidos da oposição, afigura-se que o PCP também não tem vantagens em novas eleições. Por um lado, ele sabe que, apesar das suas críticas, um governo de direita será provavelmente pior do que o do PS, mesmo que em derriba para a direita. Por outro lado, quando o PS houver que sair do governo, ao menos que o PCP esteja em condições de beneficiar de uma parte do seu eleitorado, o que dificilmente ocorreria nas actuais circunstâncias, em que a lógica do voto útil contra a perspectiva de um governo de direita ainda poderia diminuir as perdas do PS à custa do PCP. Verdaderamente interessados em eleições antecipadas só parecem restar, portanto, o CDS-PP, para quem um previsível crescimento eleitoral valorizaria o seu poder negocial na formação de um eventual futuro governo de direita, e também o Bloco de Esquerda, presumível beneficiário do desencanto de uma parte do eleitorado urbano

que nas últimas eleições ainda deu a vitória ao PS. Seja como for, o Presidente da República deve evitar qualquer assomo de activismo nesta matéria. O pior que poderia suceder-lhe seria convocar eleições antecipadas para resolver uma suposta crise política e depois acabar por ficar nas mãos com um genuíno impasse parlamentar. Os que agora clamam pela intervenção saneadora do Presidente, para efeitos de "clarificação da situação política" e outros virtuosos propósitos democráticos, seriam depois os primeiros a exigir-lhe que "descaçasse a bota" se a nova composição do parlamento não gerasse uma alternativa do governo razoavelmente forte. O normal numa democracia estabilizada é que os governos cumpram o mandato temporal para que são eleitos. Não basta que os governos passem por um mau período na opinião pública para que seja decretado o seu fim, mediante uma (in)oportuna dissolução parlamentar. Antecipar eleições a meio do mandato de um governo e contra o partido incumbente só tem sentido em última instância, nomeadamente em caso de crise política previsivelmente inultrapassável de outro modo, ou de insuperável desagregação da base política do governo. O Presidente da República deve ser uma factor de estabilidade governamental e não o contrário. Cumpre-lhe vigiar o governo, e se necessário sancioná-lo. Mas não lhe cabe derribá-lo sem incontornáveis motivos, só para satisfazer os desejos, reais ou fictícios, da oposição.

In «Público», 17-07-2001

EDUARDO LOURENÇO E NÓS



Pertenço a uma geração que nasceu sob uma ditadura e cresceu no conflito entre a verdade oficial do fascismo e a intransigência moral da resistência. Era o tempo em que só António Sérgio falava do seu «querido talvez», por oposição ao espírito dogmático. O tempo em que ele recorreu à novela de Camilo em que, a páginas tantas, a mulher diz para o homem: «A Casa do Cambado há-de ser nossa, mas primeiro é preciso vindimar o Zeferino». Havia a Casa do Cambado da ideologia salazarista. E todos os que se opunham eram Zeferinos a vindimar. Mas havia outra Casa do Cambado, a dos «manhãs que cantam». E todos os que duvidavam eram candidatos a outra espécie de Zeferinos. Não sei se a tentação da Casa do Cambado desapareceu de todo da nossa vida. Não sei se não há aí quem gostasse de vindimar os Zeferinos heterodoxos ou mesmo heréticos, que não deixam de interrogar, duvidar, problematizar. Sei que devemos a Eduardo Lourenço o primeiro grande rombo na Casa do Cambado do sectarismo e do dogmatismo, essas velhas doenças nacionais, que várias

vezes fizeram de Portugal o «reino cadaveroso». Alguns de nós só mais tarde fomos capazes de ler Heterodoxia sem preconceitos. Só então compreendemos que a heterodoxia não é fácil. Muito menos naquele tempo a preto e branco em que Eduardo Lourenço a escreveu e publicou. Não era fácil pôr simultaneamente em causa dogmas de sinal contrário. Mais do que heterodoxia, era, por assim dizer, uma dupla heresia. Mas a isso obrigava «a humildade do espírito e o respeito simples em face da divindade inesgotável do verdadeiro». Por isso veio dizer-nos que era preciso resistir à tentação da unidade a todo o custo, porque ela conduz inevitavelmente à tentação totalitária. Esta é a nossa primeira dívida para com Eduardo Lourenço. Fernando Pessoa concebeu o nosso destino como o da descoberta de índias que não vêm no mapa. Miguel Torga apontou a necessidade e urgência de achar «as índias de dentro». Eduardo Lourenço, que leu estes e outros poetas como ninguém, veio dizer-nos que «nós somos o que somos por ter sido quem fomos». E que «o que somos não pode ser dissolvido ou realmente ameaçado por perigo algum vindo do exterior», nem a «improvável

federação hispânica», nem a «provável confederação europeia». Isto porque esse ter sido, ou essa «existência imaginária» transformada em «euforia mítica», nasceu do «papel mediano e simbolicamente messiânico» que Portugal «desempenhou num certo momento da história ocidental convertida por essa mediação, pela primeira vez, em história mundial». Fomos então navio-nação ou nação-navio. Europa a navegar. Europa antes de a Europa o ser. Eduardo Lourenço exemplarmente o disse: «hiper-europeus sem Europa». «Inventámos Europa à margem da Europa». Ou «a nossa deriva atlântica é mesmo a essência do nosso específico europeísmo». E por isso é que importa «trazeremos à Europa a nossa Europa». Devemos a Eduardo Lourenço uma nova e fantástica viagem por dentro de nós mesmos, da nossa relação connosco e da nossa relação com o mundo. Sobre tudo com a Europa de que fomos tanto mais quanto mais fisicamente dela nos afastámos, mas de que somos agora «uma componente económica, política e culturalmente modesta», sem grande poder para influenciar de modo determinante a sua

construção. Ainda que «Portugal seja um pouco mais do que Portugal enquanto passado, acção e memória europeias». Europeista convicto, continua fiel ao sonho europeu, apesar da melancolia provocada pela «desorientação» da «Europa desencantada». Rejeita euforias mistificadoras e disforias desmobilizadoras entre as quais oscilam os portugueses. E critica sempre o sentimento de desvalia de Portugal. Essa é a segunda dívida. O mitólogo, descobridor, destruidor, reconstrutor e fixador de mitos, mesmo ou sobretudo os mais ocultos, inventor de mitos como se os mitos não fossem apenas a face inefémera do que existe, foi sempre um homem desassossegado e desassossegador. A sua escrita sobre outras escritas é ela própria um acto de criação. Ele não foi somente o amigo de poetas e ficcionistas, capaz de exaltar e assinalar o inconseguido, aquele que lê o que talvez não leia ninguém. A sua prosa possui a magia do poema, é ela própria um outro nome do poema. Essa a terceira dívida. Finalmente: devemos-lhe o seu último artigo, «O naufrágio do PS». Foi escrito a pensar na salvação.

In «Expresso», 14-07-2001

SOBRE A REDE FERROVIÁRIA DE ALTA VELOCIDADE



As notas que se seguem foram preparadas para ser entregues no início de um debate sobre a Rede de Alta Velocidade hoje à noite (5 de Julho de 2001), para que fui convidado pelo Bloco de Esquerda em conjunto com os professores do Técnico José Manuel Viegas e Fernando Nunes da Silva e o Doutor Manuel Tão. No momento em que as passava a limpo fui informado de que o debate foi adiado para Outubro por razões operacionais. Fiquei com pena porque acho que se perdeu uma oportunidade para dar, agora, um contributo para um debate que urge desenvolver.

1. A proposta do «pi deitado» para a rede ferroviária de alta velocidade apresentada pela RAVE em Maio difere essencialmente da anterior proposta do «T deitado» por preconizar duas ligações fundamentais a Espanha, uma pela Beira Alta e outra pelo Alentejo, em vez da ligação única «pelo centro» prevista na proposta do «T».

2. Ao contrário do que possa pensar quem leia as informações mais divulgadas, a proposta do «pi» é a mais barata dado as duas linhas da Beira Alta e do Alentejo, que teremos de pagar só até à fronteira, terem, em conjunto, um custo certamente inferior ao de uma linha «pelo centro», que teríamos de pagar até Cáceres no interior de Espanha.

De facto, a proposta do «T» nunca foi verdadeiramente estudada. Algumas alternativas que continuam a ser referidas, como é o caso das ligações Coimbra-Castelo Branco-Cáceres e de Tomar-Castelo Branco-Cáceres, têm traçados tão difíceis e custos previsíveis tão altos, que todos os técnicos minimamente realistas e informados souberam, desde o início, que teriam de ser postas de lado. Os custos que continuam a ser referidos na imprensa: 1560 milhões de contos para o projecto do «pi» e 900 milhões para o do «T», referem-se a coisas inteiramente diferentes. É também dito que o projecto do «pi» prevê 4 ligações a Espanha e o do «T» uma só. Se contarmos com uma ligação pelo Algarve, que poderá ser remetida para bastante mais tarde, o projecto do «pi» prevê, de facto, 4 ligações ferroviárias a Espanha. E o do «T» prevê 5, as mesmas 4 e mais a ligação «pelo centro», a menos que se esteja a prever a desactivação da linha da Beira Alta e da entrada por Badajós, que neste momento os espanhóis já decidiram ligar a Madrid por Alta Velocidade.

3. Na variante do «T deitado», defendida até há muito pouco tempo pela delegação portuguesa nas conversações com os espanhóis a ligação «pelo centro» era prevista por uma linha Golegã-Nisa-Cáceres. O trajecto do Porto a Madrid por esta linha teria cerca de 730 km, enquanto



pela linha actual da Beira Alta e Salamanca tem 530 km.

A igual duração das viagens Porto-Madrid e Lisboa-Madrid foi o grande argumento apresentado em favor do projecto do «T». Mas, para conseguir esta igualização, estávamos, de facto, com grandes custos, a propor um trajecto que os passageiros do Porto com destino a Madrid provavelmente quase não utilizariam.

4. O projecto do «pi» permite fazer duas ligações quase imediatas e uma progressiva adaptação da nossa rede à rede europeia de bitola «standard». Primeiro, com a ligação a Badajoz e a ligação a Espanha pela Beira Alta que, em parte, poderá ser feita por meio de uma melhoria e alteração da bitola da actual linha da Beira Alta. Mais tarde, a linha de alta velocidade (350 km/h), ou de velocidade alta (220 km/h) de Lisboa ao Porto, que venha a duplicar a actual linha do Norte, deverá ser feita em bitola «standard». As outras linhas deverão ser feitas de origem, ou modificadas para esta bitola.

(É importantíssimo que as ligações a Espanha em bitola «standard», fundamentais para permitir o trânsito de mercadorias e o acesso aos nossos portos, estejam prontas quando os espanhóis fizerem chegar a bitola europeia à fronteira).

5. Ambos os projectos preveem uma linha de Alta Velocidade de Lisboa ao Porto (com possíveis prolongamentos a Braga, Vigo e Setúbal) mas, enquanto no projecto do «pi» a construção desta linha pode ser remetida para bastante mais tarde e pode ser dada prioridade às linhas «horizontais» de ligação a Espanha, no projecto do «T» a linha de AV de Lisboa ao Porto tem de se ser feita logo no início porque, sem ela, a linha de AV de ligação a Madrid «pelo centro» nada valerá.

6. O projecto de uma linha AV de Lisboa ao Porto exige muitos estudos prévios e uma cuidadosíssima ponderação. O seu custo pode ser bastante maior do que inicialmente previsto e o seu traçado tem de ser relacionado com o problema da construção ou não construção do Aeroporto da Ota.

(A RAVE foi dado o encargo de estudar uma linha de Alta Velocidade com a obrigatoriedade de passar na Ota. Para satisfazer esta condição apresentou a proposta de uma linha com um «arco atlântico», um desvio para o lado da costa abaixo de Leiria, que, passando perto das Caldas da Rainha, seguiria depois para a Ota, por entre as serras dos Candeeiros e de Montejunto, para, depois, passando perto de Vila Franca se dirigir para Lisboa (por um trajecto ainda não inteiramente definido. Comecei a ouvir falar deste «arco atlântico» no tempo do ministro João Cravinho. Uma análise desta proposta (e não se conhece nenhuma outra de acesso ferroviário à Ota) revela, de imediato, duas coisas:

1) Resolve muitíssimo mal o problema do acesso ao Aeroporto. Os estudos de detalhe podem trazer dificuldades adicionais.

2) Relativamente a linhas sem a obrigatoriedade de passar na Ota, é significativamente mais cara, aumenta a duração do trajecto e serve mal as populações.

Uma decisão sobre o traçado de uma linha de Alta Velocidade (ou de Velocidade Alta) de Lisboa ao Porto não pode, assim, ser tomada, sem haver uma decisão inabalável sobre a construção do Aeroporto da Ota. E a construção do Aeroporto não pode ser conscientemente decidida sem haver uma ideia clara de como a ele poderá ser feito o acesso por caminho de ferro. Os dois problemas têm, assim, de ser estudados em paralelo.

Um debate sobre a localização do novo Aeroporto de Lisboa, pelo menos tão amplo como o actual debate sobre a Rede de Alta Velocidade, é um imperativo nacional. Sem ele arriscamo-nos, não unicamente a nos encaminhar para um terrível desastre económico, mas, o que é pior, a adoptar uma solução que inferiorize o nosso país para o futuro).

7. Os problemas de impacto ambiental terão, naturalmente, de ser considerados mas, além deles, há uma outra questão de fundo que tem de ser ponderada antes de nos abalancarmos na construção uma linha de Alta Velocidade de Lisboa ao Porto.

No projecto da RAVE é previsto que o país suportará os custos iniciais das infraestruturas fixas, mas que, depois, uma entidade privada aceitará assegurar a exploração da linha sem novos encargos para o Estado. Ora nós temos uma linha do Norte em pleno funcionamento, que não

podemos de modo nenhum desactivar, com material circulante que deverá durar pelo menos mais 20 anos. Não é de modo nenhum certo que surja uma entidade privada que aceite, sem vultuosos subsídios do Estado, pagar o novo material circulante e explorar a nova linha em concorrência directa com a CP. A nova linha poderá criar um problema financeiro muito delicado. Para o poder abordar com alguma segurança o Estado deverá esclarecer-se junto da CP sobre a possibilidade de ser ela a encarregar-se da exploração conjunta das duas linhas.

8. O projecto do «pi deitado» não é um projecto inteiramente novo. A CP defendia no final dos anos 80 o projecto de uma rede em «pi deitado».

Este projecto foi depois de algum modo congelado quando surgiram os defensores do «T deitado», em parte, talvez, por pressões de Espanha. É muito importante conhecer a história dos projectos ferroviários portugueses realizados, e dos esquecidos. O engenheiro Arménio Matias publicou um muito interessante artigo sobre este assunto no «Público» de 5 de Julho.

O projecto do «pi deitado» é, sem dúvida, condizente com as que foram, sempre, as grandes vias de entrada em Portugal. Não é por acaso que as duas nossas maiores fortalezas estão em Almeida e Elvas. Mas, agora, trata-se de abrir as fronteiras e não de as fechar. Os nossos interesses ferroviários são, agora, inteiramente conciliáveis com os espanhóis. A decisão deles de levarem a Alta Velocidade a Badajós foi ótima para nós. Há umas décadas atrás, eles evitavam os nossos portos, agora, desejamos utiliza-los.

Há regiões espanholas que são potencialmente nossas verdadeiras aliadas. O plano ferroviário espanhol é, talvez, demasiado centralizado em Madrid.

Nós somos periféricos. Interessam-nos, sem dúvida, boas ligações a Madrid mas a linha de Aveiro a Irum interessa, sobretudo, a uma série de cidades: Porto, Salamanca, Valladolid, Burgos, Vitoria, desejamos de ter bons transportes sem ter a obrigatoriedade de passar por Madrid. No Sul, interessam-nos as ligações a Madrid mas, também, a Sevilha e ao Levante espanhol. A concentração exclusiva da nossa atenção nas três horas das viagens do Porto e de Lisboa a Madrid, faz lembrar um pouco os tempos de Filipe II de Espanha.

9. O projecto da RAVE teve o mérito de iniciar um debate que estava algo bloqueado pelo projecto do «T», que ninguém analisava e agora está também em discussão, e ainda bem. Esperemos que o debate continue. Poderá ser um início de estarmos num século diferente.



QUE SE PASSA

Mary Rodrigues

Concerto em Abrantes

A cidade prepara-se para receber um memorável concerto dos Madredeus. O espectáculo, organizado pela Câmara Municipal, está agendado para as 22 horas de amanhã, sexta-feira, dia 20, nos Claustros do Convento de São Domingos, um espaço de luxo.

Folclore em Albufeira

O Grupo de Música Tradicional do Conservatório de Albufeira actua, no Largo Eng. Duarte Pacheco, amanhã, às 22 horas. Um dia depois será a vez de participar da arruada da Banda da Sociedade Musical Recreio Popular de Paderne.

Tango em Coimbra

A Praça 8 de Maio recebe, hoje, a artista cabo-verdiana Fantcha. Amanhã será a vez de ver e ouvir, no mesmo local, o Grupo Folclórico de Coimbra. Na terça-feira, as Escadas do Quebra Costas engalanam-se para ouvir os Verdes Anos cantar o fado. Por fim, se for apreciador de tango bailado e música argentina, não perca, na Praça 8 de Maio, o espectáculo «Argentiníssimo».

Ciclismo em Fafe

O grupo Pentágono vai fazer a animação musical de Verão, no sábado, dia 21, a partir das 21.30, na Arcada. No domingo, assista à quinta e última etapa (Barcelos – Fafe – 133,4 km) do Grande Prémio de Ciclismo do Minho. A chegada à Praça 25 de Abril está programada para as 14.20 horas. Na Arcada, pelas 22 horas, será exibido o filme «O Tigre e o Dragão», na próxima quarta-feira, dia 25. A exposição de pintura de Fernanda Barros encontra-se patente ao público, até ao dia 31, na Galeria Municipal. A mostra poderá ser visitada de segunda a sexta-feira, das 9 às 12.30 horas e das 14 às 17.30 horas.

Humor em Guimarães

A partir de hoje, os desenhos e as pinturas de Cláudia Afonso estarão expostos na Galeria JM Gomes Alves. Amanhã, pelas 22 horas, o Centro Histórico terá animação de rua com os Circolando e a sua «Caixa Insólita». Este sábado, dia 21, realiza-se, no Largo da Oliveira, a habitual Feira Franca. A Semana do Humor arranca na próxima segunda-feira. Assim, nos dias 23 e 24, vá até à Praça de S. Tiago ver o espectáculo «Rock & Clown», de Yllana. Na quarta-feira, dia 25, sempre às 22 horas, o mesmo espaço será palco do show de André Gago e Marcantónio Del Carlos – «Recitália».

Cinema em Lisboa

«Shrek», de Andrew Adamson; «Pecado Original», de Michael Cristofer; «Fragil Como o Mundo», de Rita Azevedo Gomes; e «A Proposta» são os filmes a estreiar amanhã, nas salas de cinema alfacinhas.

Animação na Louzã

O Grupo Marimbondo vai animar as ruas da cidade no sábado, dia 21, com o programa «A Noite do Marimbondo Azul», na Praça Sá Carneiro, às 22 horas.

Encontro em Ovar

Amanhã, dia 20, no Parque Senhora da Graça, a partir das 21 horas, a autarquia local dá início aos festejos do Município 2001. Este ano foi preparado um programa especial com destaque para o II Encontro de Colectividades do Concelho. Na noite de abertura deste encontro actuarão o grupo de bandolins de Esmoriz, a Orquestra Ligeira da Banda Filarmónica Ovarense e, pelas 23 horas, os Clã.

Touros em Paredes de Coura

O Campo de Jogos de Castanheira vai ser palco, no dia 22, pelas 17 horas, de uma corrida de touros. Também amanhã será exibido, no Centro Cultural, o filme de John Boorman, «O Alfaiate do Panamá». As sessões estão programadas para as 15 e as 22 horas.

Música em Sesimbra

O quinteto Cross Roads actua, amanhã, no

Largo da Marinha, a partir das 22 horas. No sábado, à mesma hora e no mesmo local, será a vez de ver e ouvir Six Mix.

Espectáculo em Setúbal

O conhecido agrupamento musical Clã apresenta-se, este sábado, dia 21, a partir das 22 horas, num palco da cidade.

Teatro em Sintra

A encerrar o XXXVI Festival de Música de Sintra, realiza-se, hoje, pelas 21 e 30, no Palácio Nacional de Queluz, um concerto para piano interpretado pelo instrumentista Fazil Say, que recriará obras de Bach, Liszt, Haydn e Ravel. O Grupo de Teatro Tapa-Furos leva à cena a peça «Estórias de Anjos». Este espectáculo, com encenação de Mário Rui, poderá ser desfrutado nos dias 20, 21, 27 e 28 deste mês, nas ruas da vila (o ponto de encontro será no Largo da Igreja de São Martinho). Até ao dia 8 de Agosto, estará em exibição «Fadas e Elfos», uma mostra de Victor Belém, acolhida pela Galeria Municipal do Museu Regional de Sintra.

Festival em Vila Real de Santo António

«Tarde de Mais» é o título da película que poderá ver no Glória FC, às 22 horas de hoje. Na próxima terça-feira terá oportunidade de ver, na mesma sala e no mesmo horário, a fita «A Suspeita». Ambas as exposições integram o VI Festival das Quatro Cidades. O serão de quarta-feira (22 horas) será preenchido com a actuação da Magna Tuna de Farmácia, na Avenida Infante D Henrique, em Monte Gordo.

SUGESTÃO

A Grande Aventura

Tia Maria e Tio Manel, dois simpáticos e alegres residentes de uma aldeia serrana da Beira Alta, estão casados há 43 anos. Os seus oito filhos e 17 netos vivem todos em Lisboa e convenceram-nos a vender as vacas e deixar os campos de monte, mas os nossos heróis não são capazes de ficar parados. Num belo dia de Verão, decidem embarcar numa verdadeira odisseia para conhecer «O Nosso Portugal». «A Grande Aventura» é um espectáculo de teatro de rua, em que cada local de apresentação é mais uma etapa na viagem dos dois «velhinhos». Ao chegada a uma praça, a um recinto de festas, a uma feira, o simpático casal trava de imediato conversa com os espectadores, no melhor estilo do teatro de «walkabout», explicando que estão também a compor o seu «Guia de Portugal Segundo Tio Manel e Tia Maria». Para conhecer os dois personagens só terá de passar pelo Caminho Pedonal do Centro Cultural de Belém, durante o fim-de-semana (21 e 22), a partir das 17 horas.



POEMA DA SEMANA

Seleção de Carlos Carranca

Quadras

Meu amor de andar ao vento
Meu amor feito de nada.
Flor breve do meu tormento.
Promessa de madrugada.

Tens a vida que conheces
e a que ninguém conheceu
Mas se o seu tudo soubesses
davias com o nada que é seu.

Põe mais lenha no fogão
ouve o seu rumor e esquece.
E à razão e ao coração
deita-os ao lume e adormece.

Virgílio Ferreira
In «Escraver», Bertrand Editora, 2001

CÓDIGO MD8 DANÇA

Dias 20, 21, 24 – 28 Jul: 22 horas
Dias 22, 29 Jul: 18 horas

Maria Matos – Teatro Municipal LISBOA

MARCAS DA GOVERNAÇÃO **Jorge Coelho**

FORÇA PS



Nas minhas sistemáticas deslocações pelo País e após contactos com centenas de pessoas, constatei que é muito reduzida e não tem êxito a capacidade do Governo e do PS de informar os cidadãos daquilo que já fez e do que está a fazer.

A generalidade das pessoas não tem conhecimento de factos relevantes da governação do PS.

No meu entender, o PS e o Governo não se podem dispersar em objectivos e têm de dar continuidade a algumas das orientações políticas que constituem o elemento central do Projecto da Nova Maioria e que devem ser a marca da governação liderada por António Guterres.

Alguns exemplos:

Em 1º lugar: assumimos o compromisso, no início da 1ª Legislatura (1995), de dar prioridade ao ensino pré-escolar. Hoje, mais de 55 mil crianças foram já integradas e a taxa de cobertura passou de 55 por cento para 75 por cento.

Foi muito positivo, é preciso continuar.

Em 2º lugar: em 1995 não havia garantia de plena escolaridade aos 12 anos.

Hoje, há plena escolaridade para os 15 anos e uma taxa de cobertura de 85 por cento para os 17 anos.

Foi muito positivo, é preciso continuar.

Em 3º lugar: a aposta na educação incidiu igualmente nas estruturas escolares. Hoje, em cada cinco dias, é construído um novo edifício escolar. Saliente-se que, ao contrário do que acontecia no passado, são «Novas Escolas» com laboratórios, pavilhões, etc. e não pré-fabricados.

Foi muito positivo, é preciso continuar.

Em 4º lugar: em 1995, 56 por cento dos

candidatos ao ensino superior público (46.800 alunos), ficaram excluídos. Este ano, o valor é 7 vezes menos.

Foi muito positivo, é preciso continuar.

Em 5º lugar: para ultrapassar o grave problema da falta de médicos, as vagas nas escolas de medicina aumentaram 108 por cento, desde que o PS assumiu o Governo.

Nas Escolas Superiores de Técnicos de Saúde e Escolas Superiores de Enfermagem, o aumento foi de 78 por cento e 64 por cento, respectivamente.

Foi muito positivo, é preciso continuar.

Em 6º lugar: o Governo e a sociedade civil conseguiram com que o problema da toxicoddependência esteja a ser encarado de forma diferente, sem o estigma que se sentia no passado. O toxicoddependente começou a ser encarado como um doente e não como um delincente. Esta alteração e a criação de mais de um dezena de Centros de Atendimento permitiram, nos últimos seis anos, aumentar as consultas de 133 para 311 mil.

Foi muito positivo, é preciso continuar.

Em 7º lugar: o problema central do desemprego. Foi uma das concretizações mais importantes dos governos PS. De 1995 até 2001, foram criados 700 mil empregos e o desemprego praticamente não existe em algumas regiões do País.

Foi muito positivo, é preciso continuar, nomeadamente no aspecto qualitativo.

Em 8º lugar: a questão de honra do Governo do PS - as reformas. A pensão social, a mais baixa de todas, por exemplo, nas pessoas acima de 70 anos, teve um aumento global de 78,6 por cento.

Ainda este mês, há um aumento intercalar de cinco mil escudos para as pessoas com mais de 70 anos e 2 500 escudos para as que têm

menos de 70 anos. Se acrescentarmos o aumento para os trabalhadores do Regime Rural, neste mês, cerca de 600 mil portugueses viram melhorar um pouco a sua vida.

Um outro dado igualmente importante: desde 95, quadruplicou o número de idosos apoiados em casa.

Foi muito positivo, é preciso continuar.

Em 9º lugar: desde 1995, em média, por ano, são construídas 7.500 casas para famílias com carência de habitação.

Foi muito positivo, é preciso continuar.

Por último e em 10º lugar: 370 mil portugueses são apoiados com o Rendimento Mínimo Garantido, garantindo-lhes condições de sobrevivência com dignidade. Um outro dado importante: todos os meses é maior o número dos que deixam de necessitar deste apoio, porque se integram na vida activa.

São dez exemplos que têm uma marca - A social.

Uma lógica - A solidariedade. E um objectivo - dar resposta aos problemas prementes e apostar no futuro, através da educação.

Temos consciência que neste percurso cometemos erros, alguns graves, que procuramos com humildade democrática corrigir, mas também é verdade que foram atenuadas injustiças e muitos portugueses, principalmente os mais desfavorecidos, têm uma vida melhor.

São estas as causas que nos mobilizam.

São estas as razões que nos devem levar a juntar esforços no apoio ao Governo e a António Guterres para que tenham continuidade as marcas e os valores socialistas e o projecto da Nova Maioria.

Só um PS coeso e solidário pode consegui-lo. Por isso: Força PS.

«A chamada taxa Tobin ninguém duvida de que resolveria largamente o problema da erradicação da pobreza e do subdesenvolvimento»

Mário Soares
Expresso, 14 de Julho

«A economia de mercado, além de contribuir poderosamente para o desenvolvimento dos povos, gera necessariamente desigualdades e desequilíbrios»

Idem, ibidem

«O normal numa democracia estabilizada é que os governos cumpram o mandato temporal para que são eleitos»

Vital Moreira
Público, 17 de Julho

«Sinto vergonha da justiça chilena»


Isabel Allende, filha do ex-Presidente Salvador Allende
Diário de Notícias, 17 de Julho

«Pinochet é intocável no Chile»

Idem, ibidem

«Há uma esquerda parlamentar que tem intervenções muito preocupantes, parece que prefere a direita no poder»

António José Seguro
Visão, 12 de Julho



Quero ser assinante do Portugal Socialista na modalidade que indico. Envio junto o valor da assinatura.

Quero renovar a assinatura

Cheque	Vale de correio
6 meses	12 meses
Valor \$	

Por favor remeter este cupão para:
Portugal Socialista - Avenida das Descobertas 17 - Restelo - 1400 Lisboa

Nome _____


Morada _____

Localidade _____

Código Postal _____

ASSINATURAS	6 MESES 2 NÚMEROS	12 MESES 4 NÚMEROS
Continente	500\$	800\$
Regiões Autónomas	700\$	1.200\$
Macau	1.300\$	2.400\$
Europa	1.500\$	2.900\$
Resto do Mundo	2.300\$	4.400\$

O valor das assinaturas de apoio é livremente fixado pelos assinantes a partir dos valores indicados.



Quero ser assinante do Acção Socialista na modalidade que indico. Envio junto o valor da assinatura.

Quero renovar a assinatura

Cheque	Vale de correio
6 meses	12 meses
Valor \$	

Por favor remeter este cupão para:
Acção Socialista - Avenida das Descobertas 17 - Restelo - 1400 Lisboa

Nome _____

Morada _____

Localidade _____

Código Postal _____

ASSINATURAS	6 MESES 26 NÚMEROS	12 MESES 52 NÚMEROS
Continente	1.650\$	3.250\$
Regiões Autónomas	2.400\$	4.600\$
Macau	4.600\$	9.100\$
Europa	5.500\$	10.800\$
Resto do Mundo	8.500\$	16.600\$

O valor das assinaturas de apoio é livremente fixado pelos assinantes a partir dos valores indicados.

Ficha Técnica

Acção Socialista
Órgão Oficial do Partido Socialista
Propriedade do Partido Socialista
Director
António José Seguro
Director-adjunto
José Manuel Viegas
Redacção
J.C. Castelo Branco
Mary Rodrigues
Colaboração
Rui Perdigão
Secretariado
Sandra Anjos
Paginação electrónica
Francisco Sandoval
Edição electrónica
Joaquim Soares
José Raimundo
Francisco Sandoval

Redacção
Avenida das Descobertas 17
Restelo - 1400 Lisboa
Telefone 3021243 Fax 3021240
Administração e Expedição
Avenida das Descobertas 17
Restelo - 1400 Lisboa
Telefone 3021243 Fax 3021240
Toda a colaboração deve ser enviada para o endereço referido
Depósito legal N.º 21339/88; ISSN: 0871-102X
Impressão Mirandela, Artes Gráficas SA
Rua Rodrigues Faria 103, 1300-501 Lisboa
Distribuição Vasp, Sociedade de Transportes e Distribuições, Lda., Complexo CREL, Bela Vista, Rua Táscoa 4º, Massamá, 2745 Queluz

